

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E
CONTAS
EXERCÍCIO DE 2016**



ABRIL – 2016

Índice

PARTE I: RELATÓRIO DE GESTÃO	1
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
2. SÍNTESE DOS INDICADORES	6
3. CARACTERIZAÇÃO DO BANCO	7
4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	12
5. CONTEXTO ECONÓMICO	13
6. OBJECTIVOS OPERACIONAIS GERAIS DO BANCO 2013-2017	18
7. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DE 2016	19
8. PERSPECTIVAS	32
PARTE II: CONTAS.....	33

ACRÓNIMOS

BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola

BNA - Banco Nacional de Angola

Kz – Kwanza

USD – Dólares dos Estados Unidos de América

FMI - Fundo Monetário Internacional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPC - Índice de Preço ao Consumidor

CPM - Comité de Política Monetária

MINFIN - Ministério das Finanças

MPDT - Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial

PIB - Produto Interno Bruto

WEO-World Economic Outlook

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Síntese dos indicadores.....	6
Tabela 2: Taxas reais de crescimento do PIBpm (%).....	15
Tabela 3: Evolução do Índice de Preços ao Consumidor em 2015.....	16
Tabela 4: Taxas de juro directoras.....	17
Tabela 5: Distribuição dos colaboradores por áreas e sexo	21
Tabela 6: Financiamento directo por Províncias	25
Tabela 7: Financiamento directo por Sectores.....	25
Tabela 8: Créditos Desembolsados	26
Tabela 9: Empregos previstos por operações.....	26
Tabela 10: Empregos previstos por províncias	26
Tabela 11: VAB previsto por Sector	27
Tabela 12: Composição e Comportamento do Activo Total	28
Tabela 13: Composição e Comportamento do Activo Financeiro	28
Tabela 14: Composição e Comportamento do Activo Imobilizado.....	29
Tabela 15: Composição e Comportamento do Passivo Total	29
Tabela 16: Capitais Próprios.....	30
Tabela 17: Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos.....	30
Tabela 18: Margem Financeira	30
Tabela 19: Resultado de Intermediação Financeira.....	31
Tabela 20: Custos Administrativos e de Comercialização	31
Tabela 21: Cost-to-Income	31

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxas de crescimento do Produto Mundial	14
Gráfico 2: Distribuição por género	21
Gráfico 3: Distribuição por habilitações.....	22
Gráfico 4: Distribuição por faixa etária	22

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do Banco.....	10
Figura 2: Produtos e Serviços do Banco.....	11

PARTE I: RELATÓRIO DE GESTÃO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A actividade económica mundial em 2016, comparativamente a 2015, não se descolou, tendo mesmo registado um ligeiro abrandamento de 0,3 pontos percentuais (p.p.). Factores como a persistente tensão no Médio Oriente, o BREXIT (saída do Reino Unido da União Europeia) e as incertezas geradas quanto às eleições nos EUA influenciaram negativamente uma possível retoma, ao afectarem o investimento.

O comércio mundial continuou a ressentir-se do fraco desempenho das principais economias do mundo, tendo recuado para 2,2% no seu crescimento anual, depois de registar 2,7% em 2015.

O desempenho da economia da África Subsaariana acompanhou a tendência das principais economias do mundo, com uma desaceleração de 2 p.p. face ao ano anterior, o que se deveu, fundamentalmente, ao fraco crescimento das principais economias da região, a maioria delas dependentes das exportações de *commodities* que se ressentiram com o abrandamento do comércio mundial.

Entretanto, a taxa de variação do nível geral de preços nas economias avançadas registou aumento ligeiro para 0,8%, em 2016, contra 0,3% observado em 2015, explicada sobretudo pela subida dos preços das *commodities* a partir do 3.º trimestre do período em referência, mas também por iniciativas dos principais bancos centrais de prevenir deflação, no que não é alheio o aumento da taxa de juro LIBOR (p.ex., a taxa para depósitos de seis meses denominados em dólares dos Estados Unidos da América, fixou-se em 1,1%, em 2016, mais 0,6 p.p. comparativamente a 2015 (0,5%).

No que à economia doméstica diz respeito, as estatísticas oficiais apontam para um maior abrandamento da economia em 2016 em comparação com 2015, com o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado a registar um crescimento de apenas 0,1% em 2016, quando em 2015 já havia crescido apenas 0,9%. Terão contribuído para esse desempenho a redução do produto petrolífero em 2,3% e o abrandamento do sector não petrolífero de 1,5% para 1,2%.

As contas públicas, como consequência, viram as Receitas Fiscais Totais diminuírem de 27,2 para 18% do PIB, enquanto a Despesa Total caiu de 30,6% para 21,2% do PIB, resultando num Saldo Global de 3,2% do PIB, uma melhoria ligeira de 0,1 p.p. em comparação com 2015, reflectindo a tendência pró-cíclica da despesa pública.

Da queda do produto petrolífero e do preço médio do petróleo bruto, resultou um défice da Conta Corrente da Balança de Pagamentos de cerca de USD 6.484,4 milhões, o que representou, entretanto, uma melhoria face a 2015, quando o défice foi de cerca USD 10.272,8 milhões. Entretanto o *stock* das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) reduziu-se em cerca de USD 2.867,0 milhões e a taxa de câmbio Kz/USD no mercado formal assinalou uma depreciação de cerca de 23%, passando a taxa do mercado primário de Kz/USD 135,31, em 2015, para Kz/USD 165,90 em 2016, assim como aumento o prémio do mercado informal para mais de 200%. Consequentemente, o nível de inflação aumento, tendo-se registado uma taxa anual de 41,95% de inflação acumulada entre Janeiro e Dezembro de 2016, quando a homóloga de 2015 havia sido de apenas 14,27%.

O BNA pretendeu seguir uma política monetária restritiva como meio de fazer face às pressões inflacionistas, tendo elevado as taxas directoras.

Portanto, 2016 continuou a apresentar-se com um ambiente desafiante para o banco, mas também de oportunidades para a realização das suas atribuições.

Considerando o efeito da depreciação cambial sobre o crédito dos clientes, dada a natureza indexada dos mesmos à taxa de câmbio do dólar americano, a Administração do banco fez aprovar diploma para a sua desindexação, a qual se vai concretizar assim que se concluir o processo de revisão da parametrização do sistema informático.

Entretanto, a contínua dificuldade de divisas constitui um risco para a implementação dos projectos que o banco financia, mas também para a operação dos mesmos e dos projectos em reestruturação. Por essa razão, o banco engajou-se na busca de facilidades de financiamento externas. E no que se refere à busca de facilidades de financiamento externa, com mandato do Ministro das Finanças, o BDA pode estruturar a primeira operação *on-lending* com os consórcios de bancos japoneses, JBIC e SMBC, para cobertura de investimento de um cabo submarino. Depois de concluída o trabalho de avaliação da situação operacional e técnica, económica e financeira dos projectos, o banco lançou o processo de reestruturação dos projectos financiados, com a segmentação da carteira em vagas e tendo como abordagem a reestruturação dos projectos que se mostram viáveis e a recuperação dos que se mostram inviáveis.

O processo de reestruturação dos projectos financiados e respectivos créditos enquadra-se no Programa de Transformação do banco iniciado em 2016, o qual inclui ainda a adopção de um novo modelo de funcionamento e a estruturação do sistema de gestão de riscos. No que ao novo modelo de funcionamento diz respeito, o banco ensaiou o referido modelo adoptando,

para as áreas de negócio, estruturas transitórias (Comissões de Trabalho) para uma nova orgânica interna, o qual incluiu acções de formação *on-the-job*. Quanto à estruturação do sistema de gestão de risco, desenvolveu-se o processo de contratação de serviços especializados.

A Administração do banco pretende, de facto, assegurar que o BDA cumpre com as atribuições que lhe estão reservadas pelo que, nesse ambiente desafiante, ao lançar o Programa de Transformação, no ano do seu 10.º Aniversário, marca uma inflexão na abordagem para uma trajectória diferente da que percorreu no passado, a qual garante sustentabilidade financeira para o banco, capacidade operacional e eficácia na abordagem do financiamento da economia nacional rumo à diversificação.

No ano de 2016 os Activos do banco registaram um aumento de 7%, o qual foi financiado, fundamentalmente, pelo aumento dos Fundos Próprios em cerca de 36,9%, como resultado da realização do Capital Estatutário do banco pelo Tesouro Nacional em Kz 27,44 mil milhões. O Passivo do banco aumentou apenas em 2,4%.

O resultado do banco melhorou – embora ainda do território de perdas –, com a redução das Perdas em cerca de 35,8%, para o qual contribuíram: o aumento da Margem Financeira (63,0%) e a redução das Perdas com a Intermediação Financeira em cerca de 57,2%.

O indicador de eficiência do banco (*cost-to-income*), embora confortável, mostrou alguma deterioração ao passar de cerca de 20,4% para 27,6%, o que foi consequência do facto de custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros terem quase duplicado (um aumento de 91%), consequência das contratações decorrentes da implementação do Programa de Transformação.

A situação do banco do ponto de vista operacional mostrou-se ainda difícil, pois o nível de imparidade da carteira de crédito continuou a aumentar (cerca de 65%, contra os cerca de 48%, em 2015), de modo que é determinante que se continue a implementar a reestruturação da carteira de modo a inverter-se a tendência.

No âmbito do Programa de Transformação, na frente relativa à adopção do novo modelo de funcionamento, o banco, para além de ter proporcionado formação *on-the-job* a colaboradores das áreas de negócio, procurou reforçar as suas competências, tendo, para o efeito, recrutado 8 novos colaboradores.

Ao assinalar o seu 10.º aniversário, o banco promoveu um encontro de quadros, no âmbito do qual abordou o Programa de Transformação, bem como o ambiente organizacional. Por outro lado, o banco lançou um Relatório sobre o Desenvolvimento Nacional, no qual se abordou o percurso económico e social do país entre 2006 e 2016, bem como o desempenho do banco nesse período, os factores que determinaram tal desempenho, bem como se apresentaram algumas reflexões de autoria individual sobre questões fundamentais para o desenvolvimento económico e social nacional.

A Administração do banco manifesta o seu reconhecimento aos seus colaboradores que, identificando-se com a missão e valores da instituição, se empenham com zelo e dedicação às suas tarefas, no limite das suas capacidades e competências.

Consideramos que os principais fundamentos para a inflexão pretendida para o sentido positivo da contribuição do banco para a diversificação da economia estão lançados e a continuidade do apoio da tutela e da superintendência ao BDA, bem como o alargamento da base de colaboradores comprometidos com a instituição, vão assegurar bons resultados do ponto de vista do impacto social e económico da nossa actividade.

Manuel Neto da Costa,
Presidente do Conselho de Administração

2. SÍNTESE DOS INDICADORES

Tabela 1: Síntese dos indicadores

	31/12/2016	31/12/2015	Δ%
BALANÇO (Mil Kwanzas)			
Activo total	322.953.164	301.826.312	7%
Créditos sobre clientes (Líquido)	42.709.120	60.980.903	-30%
Activo financeiro	312.514.103	291.611.585	7%
Activo imobilizado	9.898.803	9.912.076	0%
Activo diverso	513.258	302.651	70%
Passivo total	267.374.009	261.233.335	2%
Capitais próprios	55.579.155	40.592.975	37%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Mil Kwanzas)			
Margem financeira	14.738.660	9.042.805	63%
Resultado de intermediação financeira	58.357.895	53.425.288	9%
Resultado operacional	-12.537.511	-19.827.110	-37%
Resultado líquido do exercício	-12.603.976	-19.624.780	-36%
SOLVABILIDADE E RENDIBILIDADE			
Solvabilidade	21%	16%	5%
Rentabilidade do activo médio (ROA)	-4%	-7%	3%
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	-23%	-48%	26%
ESTATÍSTICAS OPERACIONAIS			
Cost-to-Income (%)	28%	20%	7%
Nº de projectos aprovados	4	2	100%
Montante aprovado em milhares (KZ)	10.941.736.494	9.259.650	539%
Nº de empregos a gerar	150	198	-24%
VAB a gerar em milhares (Kz)	11.680.291	1.797.430	550%
Nº de grandes empresas financiadas	2	1	100%
Nº de médias empresas financiadas	1	1	0%
Nº de Micro e pequenas empresas financiadas	1	-	-
Taxa de Juro Global -TJG (%)	6,7%	6,7%	0%

3. CARACTERIZAÇÃO DO BANCO

3.1. MISSÃO INSTITUCIONAL

01. A missão do BDA é contribuir para acelerar o desenvolvimento equilibrado e sustentável do País, proporcionando a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas económicas e sociais e o aumento da competitividade.

3.2. VISÃO

02. A visão do BDA é ser reconhecido como um banco distinto e de excelência na promoção do desenvolvimento socioeconómico e sustentável de Angola e notabilizado por:

- Ser um importante executor, articulador e indutor da política de desenvolvimento e investimento do Governo, e
- Propiciar condições adequadas na concessão de financiamentos, com agilidade e flexibilidade no atendimento ao cliente.

3.3. ATRIBUIÇÕES

03. De acordo com o Decreto Presidencial n.º 241/14, de 8 de Setembro, que aprovou o Estatuto Orgânico em vigor, são cometidas ao Banco as seguintes atribuições:

- a) Financiar programas, projectos, obras e serviços que estejam inseridos em programas de desenvolvimento económico e social de Angola;
- b) Mobilizar recursos financeiros e outros do sector público e privado, nacional e internacional, destinados a financiar projectos de desenvolvimento económico e social;
- c) Avaliar, planear e monitorar a implementação de projectos de investimento integrados em programas de desenvolvimento;
- d) Facilitar a participação do sector privado e de organizações comunitárias em projectos e programas de desenvolvimento;
- e) Realizar ou apoiar, por intermédio de empresas subsidiárias ou veículos, e estabelecendo parcerias com investidores nacionais e estrangeiros, investimentos em

actividades estratégicas e estruturantes, no âmbito de programas de desenvolvimento económico e social de Angola;

- f) Prover assistência técnica, especialmente na formação e desenvolvimento dos recursos humanos, com vista à identificação, preparação, avaliação, financiamento, implementação e gestão de projectos e programas de desenvolvimento;
- g) Prover ou mobilizar fundos para financiamento de iniciativas que visem minimizar o impacto ambiental nos projectos e programas de desenvolvimento;
- h) Prestar serviços de consultoria, incluindo acções de formação e capacitação de empresários angolanos, e colaborar na realização de auditorias técnicas a projectos;
- i) Outros que superiormente lhe sejam confiados.

3.4. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

04. Em 2016, o Banco continuou a ter a estrutura orgânica vigente desde 2014, cuja composição é reflectida a seguir:

- a) Órgão de Gestão:
 - Conselho de Administração
 - i) Administradores Executivos;
 - ii) Administradores Não-Executivos.

- b) Órgãos Auxiliares e Consultivos do Conselho de Administração:
 - Órgãos Auxiliares
 - i) Comité de Controlo Interno;
 - ii) Comité de Gestão de Risco;
 - iii) Comité de Crédito;
 - iv) Comité de Gestão de Activos e Passivos.

 - Órgãos Consultivos
 - i) Comissão de Aquisições e Contratos (*Procurement*);
 - ii) Comissão de Organização e Tecnologias;
 - iii) Comissão de Recursos Humanos.

c) Órgão de Fiscalização:

- Conselho Fiscal;

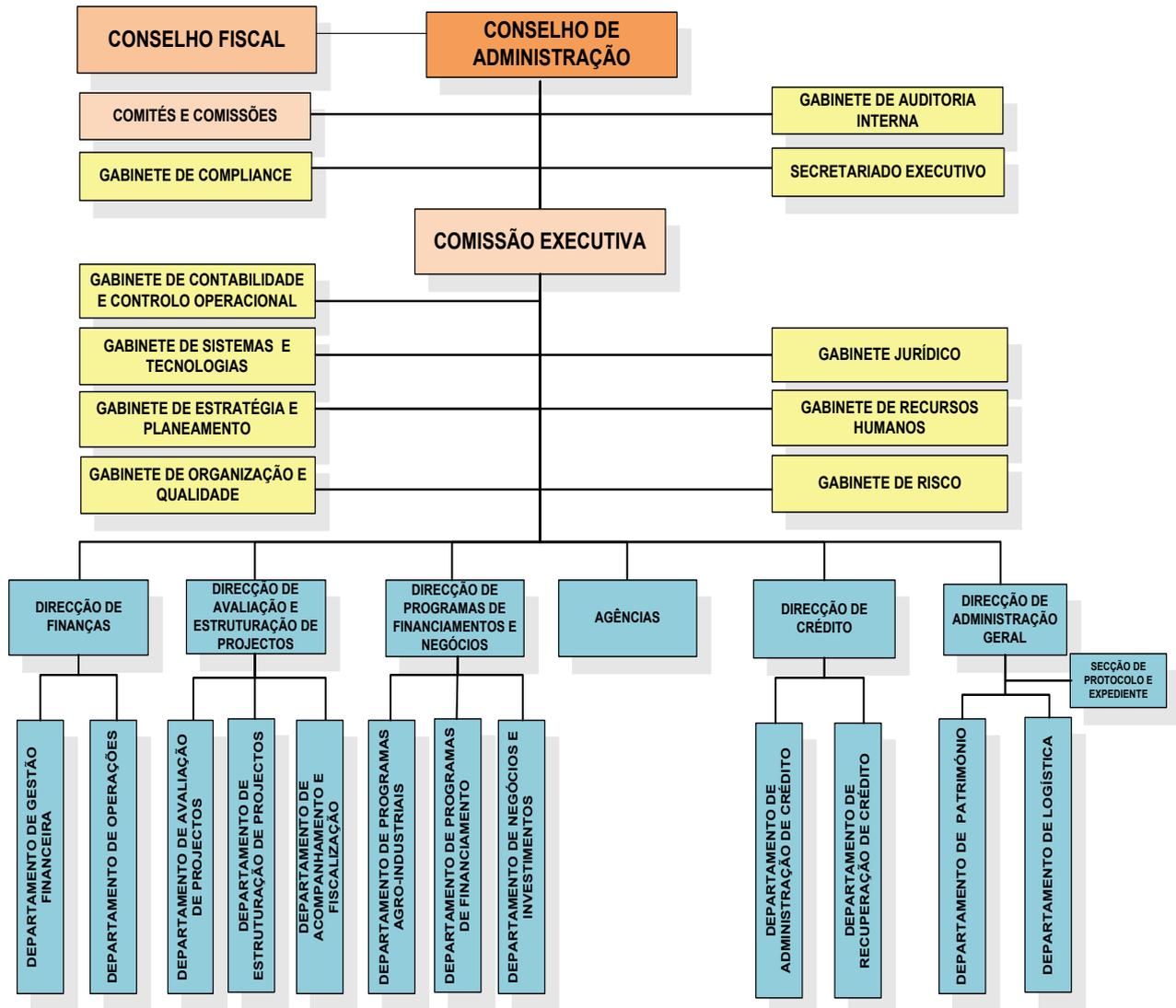
d) Órgãos de Apoio:

- Gabinete de *Compliance*;
- Gabinete de Auditoria Interna;
- Gabinete de Contabilidade e Controlo Operacional;
- Gabinete de Estratégia e Planeamento;
- Gabinete de Gestão de Riscos;
- Gabinete Jurídico;
- Gabinete de Organização e Qualidade;
- Gabinete de Sistemas e Tecnologias;
- Gabinete de Recursos Humanos;
- Direcção de Administração Geral;
- Secretariado Executivo;

e) Órgãos Executivos:

- Direcção de Finanças;
- Direcção de Avaliação e Estruturação de Projectos;
- Direcção de Programas de Financiamentos e Negócios;
- Direcção de Crédito;
- Agência Central.

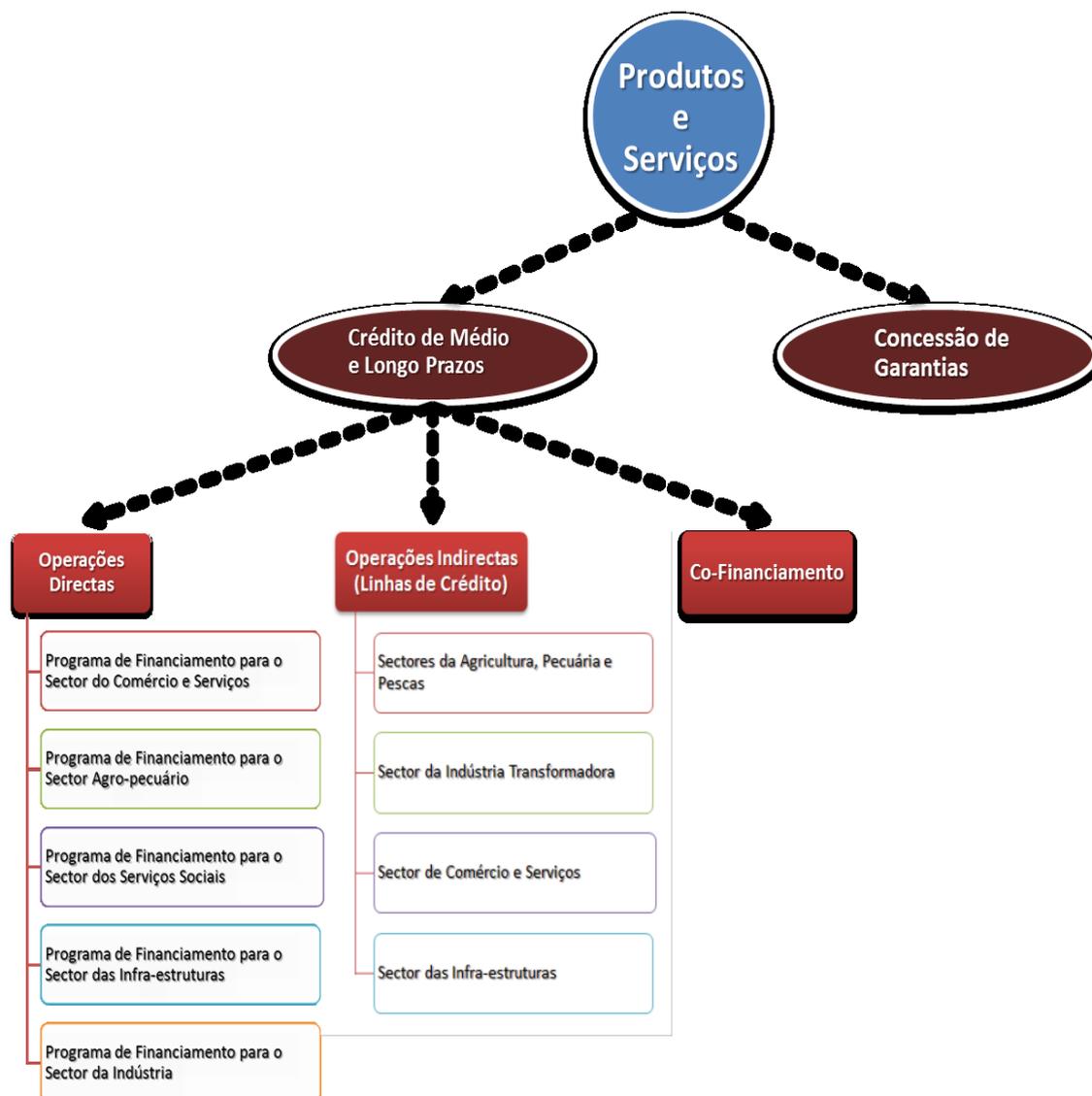
Figura 1: Organograma do Banco



3.5. PRODUTOS E SERVIÇOS

05. A figura abaixo ilustra a estrutura dos produtos e serviços fornecidos pelo BDA:

Figura 2: Produtos e Serviços do Banco



4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

4.1. OBJECTIVO ESTRATÉGICO

06. Constitui objectivo estratégico global do BDA apoiar o desenvolvimento económico e social do País, de um modo diversificado e sustentado, estimulando o aumento dos investimentos e da produtividade e o fomento à introdução de novas tecnologias.

07. O posicionamento estratégico da instituição assenta em quatro pilares:

1. Financiamento directo de projectos estruturantes (acima de US\$5 milhões) e financiamento indirecto de projectos complementares de cadeias produtivas (até US\$5 milhões) através de repasse de fundos por meio de linhas de crédito aos bancos comerciais;
2. Investimentos indirectos em projectos estratégicos exigentes em capital, constituindo parcerias com entidades nacionais e estrangeiras;
3. Investimento em infraestruturas viabilizadoras de actividade económica em escala;
e
4. Alavancagem de recursos no mercado interno e internacional para suplementar os recursos do FND, repassando-os para a economia nacional.

5. CONTEXTO ECONÓMICO

5.1. ECONOMIA INTERNACIONAL

5.1.1. Produto Mundial

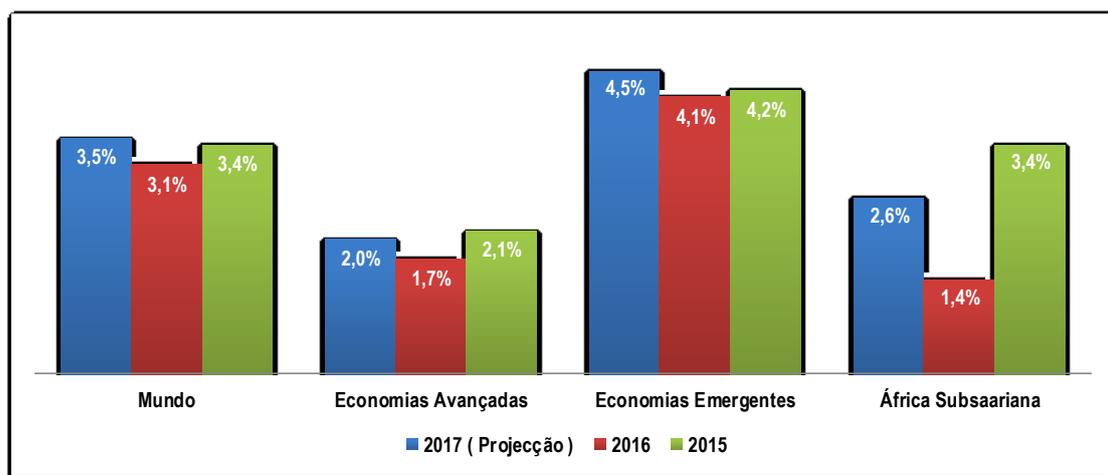
08. A actividade económica mundial em 2016 registou um crescimento de 3,1%, o que sugere um abrandamento de 0,3 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao período anterior (3,4%), conforme reportado no *World Economic Outlook (WEO)*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em Abril de 2017. Tal desempenho foi suportado, fundamentalmente, pela desaceleração, tanto das economias avançadas, quanto das economias emergentes, com registos de crescimento de 1,7% e 4,1%, menos 0,4 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente, face a 2015. Vários factores terão influenciado a fraca evolução de tais economias, dentre eles as incertezas sobre a posição geopolítica dos EUA com a ascensão de Donald Trump a presidente, o BREXIT (saída do Reino Unido da União Europeia) e a persistente tensão no Médio Oriente.

09. A economia dos Estados Unidos de América desacelerou em 2016, tendo registado uma taxa de crescimento de 1,6%, menos 1 p.p. que o período anterior (2,6%). Terá contribuído para tal facto, essencialmente a queda das exportações no último trimestre, com destaque a da soja, e o fraco investimento.

10. O Produto Interno Bruto (PIB) da Zona Euro abrandou para 1,7%, o que compara com os 2% observados em 2015, portanto, menos 0,3 p.p. que o período anterior, explicado sobretudo pela saída do Reino Unido da União Europeia, a contracção dos investimentos nas grandes economias da Zona e a crise migratória.

11. O desempenho da economia da África Subsaariana acompanhou a tendência das principais economias do mundo, tendo desacelerado para 1,4%, menos 2 p.p. que o registo do ano anterior (3,4%). Tal comportamento deveu-se, fundamentalmente, ao fraco crescimento das principais economias da região, sendo a maioria delas dependentes das exportações de *commodities*.

Gráfico 1: Taxas de crescimento do Produto Mundial



Fonte: WEO, Abril 2017

5.1.2. Inflação

12. A taxa de variação do nível geral de preços nas economias avançadas disparou 0,5 p.p. para 0,8%, em 2016, contra 0,3% observado em 2015, explicada sobretudo pela subida dos preços das *commodities* a partir do 3.º trimestre do período em referência. Em contrapartida, as economias emergentes experimentaram uma queda para 4,4%, menos 0,3 p.p. que o período anterior (4,7%).

13. A taxa de inflação na Zona Euro fixou-se em 0,2% face os 0,0% observados em 2015, nos EUA foi de 1,3% contra 0,1%, e na África Subsariana 11,4% contra 7,0%.

5.1.3. Comércio Mundial

14. O comércio mundial, avaliado em termos de volume de exportações líquidas de bens e serviços, alcançou em 2016 uma taxa de 2,2%, menos 0,5 p.p. relativamente a 2015 (2,7%), pelo que continuou a ressentir-se do fraco desempenho das principais economias do mundo.

5.1.4. Taxas de Juro

15. Segundo a avaliação do FMI (WEO, Abril 2017), a taxa de juro de referência (*London Interbank Offered Rate – LIBOR*), para depósitos de seis meses denominados em dólares dos Estados Unidos da América, fixou-se em 1,1%, em 2016, mais 0,6 p.p. comparativamente a 2015 (0,5%).

5.2. ECONOMIA NACIONAL

5.2.1. Produto

16. As estatísticas oficiais sugerem que a riqueza do país, medida em termos do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, terá abrandado para 01,% em 2016, reflectindo uma contracção de 0,8 p.p. quando comparado com o período anterior. Tal comportamento foi influenciado, fundamentalmente, pelo impacto combinado da desaceleração das actividades dos sectores petrolífero e não petrolífero, cujas taxas fixaram-se em -2,3% e 1,2%, respectivamente, menos 8,7 e 0,3% p.p. a 2015.

17. O fraco desempenho do sector petrolífero é explicado sobretudo pela restrição na produção e nos investimentos do sector, resultante do preço menos animador observado no mercado internacional.

Tabela 2: Taxas reais de crescimento do PIBpm (%)

	2015	2016 Est.	Variação
PIBpm	0,9	0,1	-0,8
Sector Petrolífero	6,4	-2,3	-8,7
Sector Não Petrolífero	1,5	1,2	-0,3

5.2.2. Inflação

18. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de inflação para o período em referência cifrou-se em 41,95%, traduzindo uma subida de 27,68 p.p. relativamente a 2015 (14,27%). Determinados factores terão pressionado tal aumento com destaque para a depreciação da taxa de câmbio, a queda de importação de bens de consumo e de capital, a redução da subvenção aos combustíveis e a subida do preço dos serviços de telecomunicações.

Tabela 3: Evolução do Índice de Preços ao Consumidor em 2015

Período	Inflação Mensal	Índice de Preços	Inflação Acumulada	Inflação dos últimos 12 meses
Janeiro	3,43%	118,19	3,43%	17,34%
Fevereiro	3,28%	122,06	6,81%	20,26%
Março	3,43%	126,24	10,47%	23,60%
Abril	3,14%	130,20	13,94%	26,41%
Maiο	3,46%	134,71	17,89%	29,23%
Junho	3,27%	139,11	21,74%	31,80%
Julho	4,04%	144,73	26,66%	35,30%
Agosto	3,30%	149,52	30,85%	38,18%
Setembro	2,14%	152,71	33,64%	39,44%
Outubro	1,79%	155,44	36,03%	40,04%
Novembro	2,13%	158,75	38,93%	41,15%
Dezembro	2,17%	162,20	41,95%	41,95%

Fonte: BNA, INE

5.2.3. Sector Fiscal

19. A Receita Fiscal Total ter-se-á situado em cerca de Kz 3.022,8 mil milhões, enquanto que a Despesa Total em cerca de Kz 3.560,1 mil milhões, pelo que as contas públicas terão registado um défice de cerca de Kz 537,3 mil milhões, na óptica de compromisso, o que equivaleu a cerca de 3,25 do PIB, muito próximo do nível do ano anterior que foi de cerca de 3,3%.

5.2.4. Sector Externo e Taxa de Câmbio

20. Conforme dados da Balança de Pagamento do BNA, estima-se que a Conta Corrente tenha registado um défice equivalente a cerca de USD 6.484,4 milhões, o que representou uma melhoria face a 2015, quando tal défice foi de cerca de USD 10.272,8 milhões.

21. Como consequência desse comportamento, o *stock* das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) reduziu-se para cerca de USD 21.399,0 milhões, uma perada de cerca de USD 2.867,0 milhões em relação ao *stock* no final do ano de 2015.

22. A taxa de câmbio Kz/USD no mercado primário assinalou uma depreciação de cerca de 23%, passando de Kz/USD 135,31, em 2015, para Kz/USD 165,90 em 2016, sendo que a maior depreciação ocorreu em Janeiro de 2016 numa proporção de 15%. Entretanto, a taxa de câmbio do mercado informal oferecia, no final do ano, prémio acima dos 200% em relação à taxa do mercado formal.

5.2.5. Sector Monetário

23. Em 2016, o BNA pretendeu seguir uma política monetária restritiva, pelo que o Comité de Política Monetária (CPM) decidiu pelo agravamento das taxas de juro directoras com o propósito de controlar nível geral dos preços.

24. A tabela seguinte ilustra a evolução das taxas de juro em 2016.

Tabela 4: Taxas de juro directoras

Descrição	2016	2015
Taxa BNA	16,0%	11%
Facilidade de Absorção de Liquidez	7,25%	1,75%
Facilidade de Cedência de Liquidez	20,00%	13,00%

Fonte: BNA

5.2.6. Crédito à Economia

25. Estatísticas do BNA reportam que em 2016 o crédito concedido à economia ascendeu ao montante de Kz 3.622.020,0 milhões, mais Kz 28.723,0 milhões que o período anterior (Kz 3.593.298,0), traduzindo um crescimento de 0,8%.

6. OBJECTIVOS OPERACIONAIS GERAIS DO BANCO 2013-2017

6.1. NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJECTIVO GERAL – Melhorar e modernizar a organização interna dos serviços, a plataforma tecnológica, os meios materiais e os recursos humanos do banco.

6.2. NO DOMÍNIO DA CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E POTENCIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

OBJECTIVO GERAL – Desenvolver acções de capacitação técnico-profissional de empresários angolanos com recurso a parcerias e programas de cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, e documentar as oportunidades de investimentos nos domínios estruturantes e complementares.

6.3. NO DOMÍNIO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

OBJECTIVO GERAL – Captar recursos no mercado interno e externo para o financiamento da economia, mediante a alavancagem sobre o capital social do Banco, além dos recursos do FND das transferências do Tesouro Nacional.

6.4. NO DOMÍNIO DO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

OBJECTIVO GERAL – Financiamento da economia de forma diversificada, por via da concessão de crédito de modo directo e indirecto, participação no capital de empresas ou como investimento directo.

7. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DE 2016

7.1. NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DOS RECURSOS HUMANOS

7.1.1. Organização Interna

26. O Titular do Poder Executivo procedeu ao reajustamento do Conselho de Administração do banco, no final do ano.

27. Por outro lado, sob proposta do Banco, as Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, aprovaram instrumentos importantes para as operações de crédito e do *funding* da instituição, designadamente:

- Novo Regulamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento, o qual estabelece o Fundo como património autónomo, permitindo-lhe absorver as despesas de desenvolvimento que antes impactavam negativamente no capital do banco;
- Nova metodologia e procedimentos para a fixação das Taxas de Juro das operações do BDA, determinado a desindexação do capital mutuado da taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar americano; e
- Regulamento das Linhas de Crédito para Financiamento da Banca Comercial através do BDA, determinando o uso exclusivo da facilidade pelos bancos comerciais para a concessão de crédito a projectos enquadrados no Programa Angola Investe.

28. O BDA, por seu turno lançou o Programa de Reestruturação da carteira de crédito, assim como o Programa de Transformação do Banco, o qual, para além de integrar a frente de reestruturação da carteira de crédito, inclui a frente de adopção do novo modelo de funcionamento e o da estruturação do sistema de gestão de riscos.

29. No âmbito da revisão dos processos e procedimentos internos, foi aprovada a Política de Auditoria Interna.

7.1.2. Recursos Humanos

30. Para o Banco os recursos humanos constituem o factor crítico para a prossecução da sua missão institucional. A performance da instituição depende, por um lado, das competências profissionais, do empenho, do estado motivacional e da satisfação dos colaboradores e, por outro lado, da capacidade do Banco em conciliar os objectivos pessoais com os objectivos da instituição de forma mais assertiva. Assim, o capital humano afigura-se como sendo o principal factor capaz de agregar valor aos serviços prestados pela Instituição.

31. No âmbito do Projecto de Adopção Plena das IFRS/IAS, os colaboradores das áreas relevantes do projecto participaram de uma formação com propósito de perceberem a metodologia e o impacto nas contas do Banco, da nova forma de apresentação do relato financeiro nos padrões internacionais.

32. Os Gestores Intermédios do BDA continuaram a beneficiar de cursos de superação através do Programa de Direcção de Empresas (PDE) ministrado pela *Angola School of Management* (ASM).

33. Decorreram acções de formações *on-the-job* para os colaboradores da área de avaliação de projectos, com propósito de dominar as novas ferramentas auxiliares aos procedimentos de análise técnica, económica e financeira dos projectos.

34. O Banco prosseguiu com o processo de definição dos perfis funcionais e ocupacionais, base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, que inclui o Plano de Formação e Plano de Recrutamento, sendo que as necessidades pontuais de formação foram supridas com o Plano de Formação ad hoc aprovado pelo Conselho de Administração.

35. O Banco procedeu ao recrutamento pontual de colaboradores para as áreas da Direcção de Administração Geral (4), Direcção de Finanças (1), Gabinete de Estratégia e Planeamento (1), Gabinete Jurídico (1) e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Projectos (1).

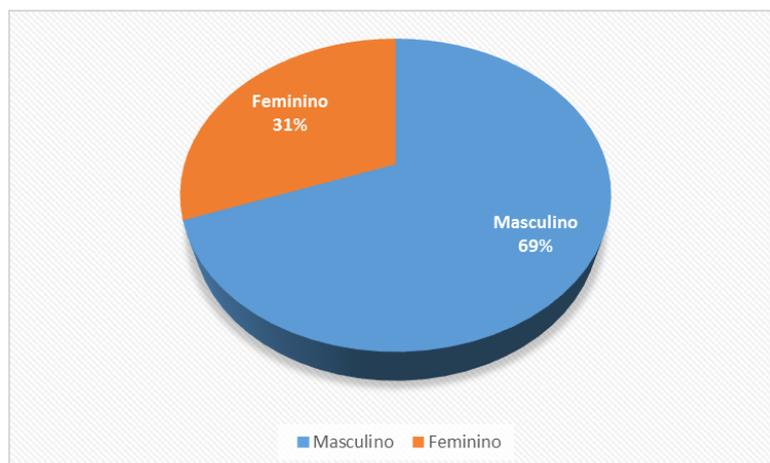
36. Foi realizada a Reunião de Quadros da Instituição, enquadrada nas actividades comemorativas do seu aniversário, com o propósito de partilhar experiências sobre o desempenho do banco, apresentar o estudo do clima organizacional e perspectivar o futuro.

37. A 31 de Dezembro de 2016, o Banco contava com 112 colaboradores (excluem-se os membros do Conselho de Administração, 9, e do Conselho Fiscal, 3), mais 6 colaboradores em relação ao exercício de 2015, sendo 75 do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

Tabela 5: Distribuição dos colaboradores por áreas e sexo

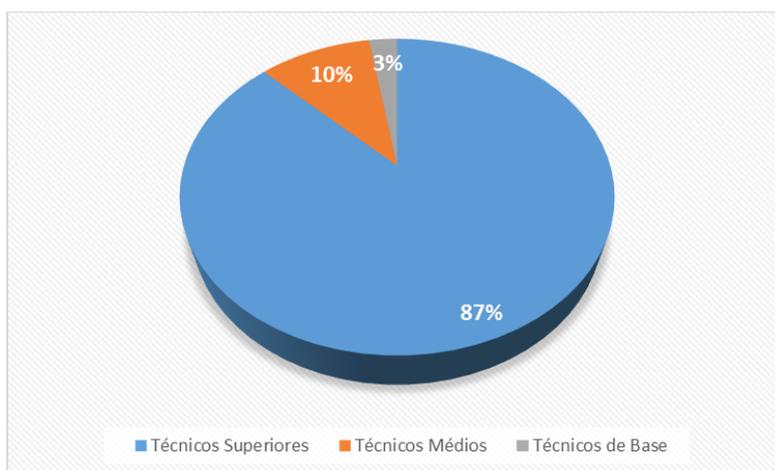
Estrutura Orgânica	Masculino	Feminino	Total
Orgãos de Controlo	8	2	10
Gabinete de Compliance	3	0	3
Gabinete de Auditoria Interna	3	1	4
Gabinete de Gestão de Riscos	2	1	3
Orgãos Executivos	28	10	38
Direcção de Finanças	2	2	4
Direcção de Avaliação e Estruturação de Projectos	14	3	17
Direcção de Programas de Financiamentos e Negócios	4	2	6
Direcção de Crédito	5	2	7
Agência Central	3	1	4
Orgãos de Apoio	35	24	59
Gabinete de Contabilidade e Controlo Operacional	2	3	5
Gabinete de Estratégia e Planeamento	2	2	4
Gabinete Jurídico	1	1	2
Gabinete de Organização e Qualidade	3	1	4
Gabinete de Sistemas e Tecnologias	4	2	6
Gabinete de Recursos Humanos	5	3	8
Direcção de Administração Geral	11	6	17
Secretariado Executivo	5	4	9
Comissão de Recuperação de Crédito	2	2	4
Assessoria	4	1	5
Assessores	4	1	5
Total	75	37	112

Gráfico 2: Distribuição por género



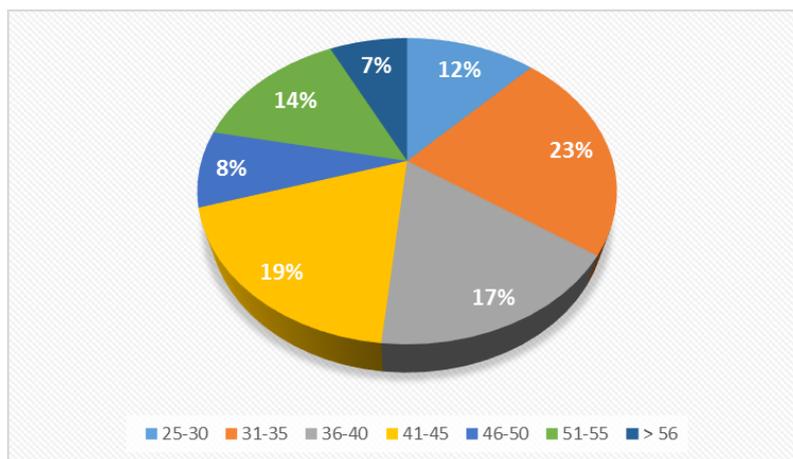
38. Na composição do quadro de pessoal por qualificação literária, os técnicos superiores continuavam a representar a maioria dos colaboradores da Instituição, constituindo 87% do total, seguidos pelos técnicos médios com 10%, e técnicos de base, com 3%, como se ilustra no gráfico seguinte.

Gráfico 3: Distribuição por habilitações



39. A estrutura etária do Banco indicava que mais de metade dos colaboradores – cerca de 52% – tinha idade inferior a 40 anos em 2016, mantendo-se a tendência verificada no exercício de 2015.

Gráfico 4: Distribuição por faixa etária



7.2. NO DOMÍNIO DA CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E POTENCIAÇÃO DO INVESTIMENTO

7.2.1. Formação e Capacitação dos Empresários

40. Neste âmbito, assinalou-se a realização do Seminário sobre Gestão do Agronegócio, em parceria com a *Angola School of Management (ASM)*. O seminário visou, entre outros objectivos, gerar nos empresários uma visão estratégica ampla para os desafios e o futuro do agronegócio em Angola.

41. No âmbito da celebração do 10.º aniversário do BDA, foi realizado, em parceria com a Academia BAI, o Seminário sobre Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental, com o propósito de capacitar os Decisores Políticos, tanto a nível da Administração Pública, como das Empresas Privadas, com uma visão prática e informação sobre casos de estudo de diversificação económica.

7.2.2. Assistência Técnica aos Empresários

42. O BDA manteve o programa de assistência técnica e gestão a vários projectos inseridos nas manchas de desenvolvimento agrícola através dos serviços de consultoria especializada contratados.

7.2.3. Articulação Institucional

43. Ao abrigo do Protocolo de Cooperação com o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), o Banco promoveu uma formação aos colaboradores da contraparte sobre os produtos e ferramentas utilizados na Instituição.

7.2.4. Lançamento do Relatório sobre Desenvolvimento Nacional

44. O Banco entendeu que a celebração do seu 10.º aniversário constituía uma oportunidade para a apresentação do percurso do país nos últimos dez anos no que respeita ao desenvolvimento nacional, avaliarem-se os factores que terão determinado tal percurso, reflectir-se sobre as melhores abordagens futuras, assim relevar a actividade do BDA, partilhando conhecimentos e experiências acumuladas e desenvolvendo uma visão crítica sobre questões relevantes do desenvolvimento nacional.

45. Estas temáticas foram reunidas no “Relatório sobre Desenvolvimento Nacional: BDA 10 Anos - O Ponto de Inflexão”, lançado a 14 de Dezembro de 2016, data do seu aniversário.

7.3. NO DOMÍNIO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

46. Foram encetados contactos e negociações com o *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), que resultou na captação de uma linha de crédito avaliada em USD 109.794.999,80 para o financiamento do Projecto do Cabo Submarino do Atlântico Sul (SACS), da empresa nacional Angola Cables. Foi iniciada a negociação para obtenção de crédito para o projecto MONET num consórcio de bancos financiadores entre BDA-DBSA-Afreximbank.

47. O Banco iniciou contactos para negociação de uma linha de crédito com o Afreximbank para o financiamento do Projecto Hidroelétrico de Laúca.

48. Apesar deste exercício de diversificação do *Funding*, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) continuaram a constituir a principal fonte de financiamento do Banco, tendo registado no período em referência dotações avaliadas em Kz 2.530.737.615,30.

7.4. NO DOMÍNIO DO FINANCIAMENTO

7.4.1. Operações de Crédito

49. Com o propósito de melhorar a qualidade da carteira de crédito, lançou-se o Programa de Reestruturação e Optimização da Gestão da Carteira de Projectos, inserido no Projecto de Transformação do Banco. Não obstante o processo estar na sua fase embrionária notam-se alguns efeitos positivos da sua implementação, tendo o processo de concessão de crédito assinalado uma evolução relativamente ao exercício anterior.

50. Assim, foram aprovados financiamentos a projectos no valor de Kz 10.941,74 milhões, mais Kz 1.682,09 milhões que o período anterior (Kz 9.259,65 milhões). Os mesmos inserem-se no âmbito das operações directas, não se tendo observado qualquer financiamento através do canal indirecto.

7.4.2. Operações Directas

51. As operações directas de crédito apresentaram uma maior dispersão geográfica relativamente ao exercício anterior. Tal dispersão foi acompanhada de um volume de crédito de 539% mais que o ano anterior, como ilustra a tabela 6.

Tabela 6: Financiamento directo por Províncias

Províncias	2016		2015		Δ%	
	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes
Benguela	1	573.452.800	-	-	-	-
Huambo	-	-	1	749.066.810	-	-
Luanda	1	9.405.000.000	1	8.510.583.033	0%	11%
Malange	1	918.792.594	-	-	-	-
Kwanza-Norte	1	44.491.100	-	-	-	-
Total	4	10.941.736.494	2	9.259.649.843	100%	18%

Em 2016, o BDA concedeu crédito avaliado em Kz 10.941,74 milhões, inserido nos sectores da agricultura (pecuária), comércio e serviços, e indústria, sendo Kz 44,49 milhões para o financiamento de 1 projecto cuja finalidade é a produção de bovinos de corte, Kz 9.405,00 milhões para 1 projecto de instalação de cabos submarinos, e Kz 1.492,25 milhões para 2 projectos de transformação, 1 para produção de álcool neutro e outro para produção de madeira.

Tabela 7: Financiamento directo por Sectores

Sectores	2016		2015		Δ%	
	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes
Agricultura (Pecuária)	1	44.491.100	1	749.066.810	0%	-94%
Comércio e Serviços	1	9.405.000.000	-	-	-	-
Indústria Transformadora	2	1.492.245.394	1	8.510.583.033	100%	-82%
Total	4	10.941.736.494	2	9.259.649.843	100%	18%

52. Para o período em referência, foram efectuados desembolsos no montante de Kz 37.160,99 milhões relativos a 16 projectos aprovados, mais Kz 27.389.829,80 que o período anterior (Kz 9.771.158,23 milhões), em que foram contemplados 35 projectos, conforme descrito na tabela 8.

Tabela 8: Créditos Desembolsados

Descrição	2016		2015		Δ%	
	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes	Projectos	Montantes
Desembolsos	16	37.160.988.031	35	9.771.158.232	-54%	280%

Kz

7.5. IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL

7.5.1. Empregos

53. Os projectos financiados em 2016, através do canal directo do BDA, têm a capacidade de empregar 150 trabalhadores, o que corresponde a uma redução de cerca de 24% face ao período anterior, como ilustra a tabela 9.

Tabela 9: Empregos previstos por operações

Operações	2016	2015	N.º
	Empregos Previstos	Empregos Previstos	Δ%
Directas	150	198	-24%
Total	150	198	-24%

54. A distribuição geográfica para o período em referência regista uma maior dispersão, sendo que os 150 empregos a gerar estão distribuídos por 3 províncias, contra os 198 repartidos por 2 províncias do ano anterior, conforme se descreve na tabela 10.

Tabela 10: Empregos previstos por províncias

Províncias	2016	2015	N.º
	Empregos Previstos	Empregos Previstos	Δ%
Benguela	86	-	-
Huambo	-	28	-
Luanda	-	170	-
Malange	55	-	-
Kwanza-Norte	9	-	-
Total	150	198	-24%

7.5.2. Valor Acrescentado Bruto (VAB)

55. Os créditos concedidos em 2016 têm a capacidade de gerar Kz 11.680.291,00 de VAB, mais Kz 9.882.861,00 relativamente ao período anterior (Kz 1.797.430,00), como se observa na tabela 11.

Tabela 11: VAB previsto por Sector

Sectores	2016	2015	%	Δ%
	VAB Previsto	VAB Previsto		
Agricultura*	445.083,00	-	4%	-
Indústria Transformadora	11.235.208	1.797.430	96%	525,07%
Total	11.680.291	1.797.430	100%	549,83%

* Inclui Pecuária

7.6. RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

7.6.1. Comportamento do Activo e seu Financiamento

56. O Activo Total do BDA, no final do exercício de 2016, ascendeu a Kz 322.953.164 mil, traduzindo um aumento de 7% ante o período anterior (Kz 301.826.312 mil), conforme mostra a Tabela 12. Tal aumento foi suportado, fundamentalmente, pelo crescimento dos Fundos Próprios em 37%, sendo que o Passivo Total aumentou em apenas 2%. O aumento dos Fundos Próprios é explicado, sobretudo, pela realização do Capital Estatutário do Banco pelo Estado em Kz 27.440.000 mil.

57. A composição e o comportamento das rubricas do Activo Total são ilustrados na tabela seguinte.

Tabela 12: Composição e Comportamento do Activo Total

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Disponibilidades	20.455.556	42.102.145	-51%
Aplicações de Liquidez	147.621.101	115.650.233	28%
Títulos e Valores Mobiliários	101.755.326	72.878.304	40%
Créditos sobre Clientes (Líquido)	42.709.120	60.980.903	-30%
Outros Valores (Regularizações)	513.258	302.651	70%
Imobilizações	9.898.803	9.912.076	0%
Activo Total	322.953.164	301.826.312	7%

58. Para o período em referência, os Activos Financeiros do BDA alcançaram o montante de Kz 312.541.103 mil, reflectindo um acréscimo de 7% relativamente a 2015 e uma contribuição de 97% no Total do Activo.

59. A composição e a evolução das rubricas do Activo Financeiro são apresentadas abaixo na tabela 13.

Tabela 13: Composição e Comportamento do Activo Financeiro

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Disponibilidades	20.455.556	42.102.145	-51%
Aplicações de Liquidez	147.621.101	115.650.233	28%
Títulos e Valores Mobiliários	101.755.326	72.878.304	40%
Créditos			
Créditos	120.468.005	116.877.417	3%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	- 77.758.885	- 55.896.514	39%
Activo Financeiro	312.541.103	291.611.585	7%

60. Releva-se que em 2016 o *stock* de crédito bruto desembolsado observou um aumento de 3%, passando de Kz 116.877.417 mil para Kz 120.468.005 mil. Contudo, o Crédito Líquido registou um decréscimo de 30%, como consequência do aumento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa em 39%, o que resultou do aumento dos níveis de imparidade da carteira de crédito.

61. O Activo Imobilizado fixou-se em Kz 9.898.803 mil, menos Kz 13.273 mil que o período anterior, suportado pela redução das Imobilizações Incorpóreas em cerca de 100%, tal como se observa na tabela 14.

Tabela 14: Composição e Comportamento do Activo Imobilizado

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Imobilizações Financeiras	-	-	-
Imobilizações Corpóreas	9.898.787	9.827.582	1%
imobilizações Incorpóreas	16	84.494	-100%
Activo Imobilizado	9.898.803	9.912.076	0%

62. O Passivo Total observou um acréscimo de 2% face a 2015, tendo ascendido ao valor de Kz 267.374.009 mil, explicado fundamentalmente pelo aumento de “Outras Captações” (correspondentes aos recursos do FND) em 3%, cujo peso é de 99%. As “Provisões para Responsabilidades Prováveis” mantiveram-se mais ou menos ao mesmo nível e as “Outras Obrigações” diminuíram em 14%, sendo inexpressivo o peso de ambos no conjunto do Passivo Total (cf. tabela 15).

Tabela 15: Composição e Comportamento do Passivo Total

Descrição	Kz mil			
	2016	2015	%	Δ%
Outras Captações	264.276.199	257.696.201	99%	3%
Outras Obrigações	2.757.631	3.220.520	1%	-14%
Provisões para Responsabilidades Prováveis	340.179	316.616	0%	7%
Passivo Total	267.374.009	261.233.337	100%	2%

63. Os Fundos Próprios do Banco registaram um crescimento de 37%, tendo atingido o montante de Kz 55.579.155 mil, mais Kz 14.986.180 mil que o período anterior. Tal aumento foi suportado sobretudo pela realização do Capital Estatutário do BDA em Kz 27.440.000 mil pelo Estado. Há a assinalara também a redução da Perdas em cerca de 36%.

64. A composição e a evolução dos Fundos Próprios são reportados abaixo na tabela 16.

Tabela 16: Capitais Próprios

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Capital Social	91.082.487	63.642.487	43%
Reservas e Fundos	756.467	606.313	25%
Resultados Transitados	- 23.655.823	- 4.031.045	487%
Resultado do Exercício	- 12.603.976	- 19.624.780	-36%
Capitais Próprios	55.579.155	40.592.975	37%

7.6.2. Resultado do Exercício

65. A Margem Financeira fixou-se em Kz 14.738.660 mil, traduzindo um aumento de 63% relativamente ao período anterior (Kz 9.042.805 mil), explicado essencialmente pelo aumento mais do que proporcional dos Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (50%) face ao aumento dos Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (32%), como se descreve a seguir nas tabelas 17 e 18.

Tabela 17: Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Proveitos de Aplicação de Liquidez	13.950.119	8.787.546	59%
Proveitos de Títulos de Valores Mobiliários	5.076.401	3.838.901	32%
Proveitos de Créditos	4.370.395	2.958.713	48%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	23.396.915	15.585.160	50%

Tabela 18: Margem Financeira

Descrição	Kz mil		
	2016	2015	Δ%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	23.396.915	15.585.160	50%
Custos de instrumentos Financeiros Passivos	- 8.658.255	- 6.542.355	32%
Margem Financeira	14.738.660	9.042.805	63%

66. O Resultado de Intermediação Financeira, que já no ano de 2015 foi negativo, resultou uma melhoria, com a sua redução em cerca de 57,2%, passando de menos Kz 17.165.838 mil para menos Kz 7.345.838 mil, influenciado fundamentalmente pelo efeito combinado do aumento da Margem Financeira em 63% e da redução das Provisões do exercício em 7% (Cf. Tabela 19).

Tabela 19: Resultado de Intermediação Financeira

	Kz mil		
Descrição	2016	2015	Δ%
Proveitos de instrumentos Financeiros Activos	23 396 915	15 585 160	50%
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	- 8 658 255	- 6 542 355	32%
Margem Financeira	14 738 660	9 042 805	63%
Resultado de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	- 167 733	74 567	-325%
Resultados de Operações Cambiais	39 531 088	40 719 815	-3%
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	4 255 880	3 588 101	19%
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	- 65 703 362	- 70 591 126	-7%
Resultado de Intermediação Financeira	- 7 345 467	- 17 165 838	-57%

67. Os Custos Administrativos e de Comercialização ascenderam ao montante de Kz 5.188.155 mil, reflectindo um aumento de cerca de 101% relativamente ao período anterior (Cf. Tabela 20). Tal comportamento decorre fundamentalmente do aumento da rubrica “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” em 91%, suportado sobretudo pelos custos com consultoria no âmbito do Programa de Transformação do Banco.

Tabela 20: Custos Administrativos e de Comercialização

	Kz mil		
Descrição	2016	2015	Δ%
Pessoal	2.021.900	1.772.116	14%
Fornecimentos de Terceiros	2.504.467	1.311.063	91%
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	486.622	192.491	153%
Penalidades Aplicadas por Auditorias Regulares	1.631	1.107	-
Outros Custos Adiministrativos e de Comercialização	18.621	21.719	-14%
Provisões Especificas para Perdas com Inventários			
Comerciais e Industriais	- 81.189	- 997.231	-92%
Depreciações e Amortizazões	236.103	284.423	-17%
Total	5.188.155	2.585.688	101%

68. O Rácio de Eficiência, avaliado pelo peso dos Custos de Estrutura em percentagem dos Proveitos da Actividade Operacional (*Cost-to-Income*), assinalou uma deterioração de 7 pontos percentuais (p.p.), de cerca de 20,4% para 27,6% (excluindo os resultados cambiais e as provisões para crédito de liquidação duvidosa). Tal facto resultou do aumento dos Custos de Estrutura em cerca de 101%, contra um aumento da Margem Financeira de cerca de 63%.

Tabela 21: Cost-to-Income

	Kz mil		
Descrição	2016	2015	Δ%
Resultado de Intermediação Financeira	18 826 807	12 705 473	48%
Custos Administrativos e de Comercialização	- 5 188 155	- 2 585 688	101%
Cost-to-Income	27,6%	20,4%	7%

8. PERSPECTIVAS

69. O contexto económico em que o Banco operou em 2016 pouco diferiu daquele que foi observado em 2015, marcado pela crise económico-financeira que se prolonga desde 2014. Esta conjuntura desafia o BDA a manter a sua pretensão de afirmar-se como principal instrumento de apoio ao desenvolvimento.

70. A qualidade da carteira de crédito continua a ser um dos maiores desafios que o Banco enfrenta, mantendo por isso, os esforços no sentido da sua melhoria. Assim, deverá dar continuidade do processo de reestruturação dos projectos financiados e correspondentes aos créditos na carteira, bem como a maturação do novo modelo operacional, uma das frentes do Transformação do Banco, em que são reforçados os mecanismos de cobrança, valorização e registo de garantias, acompanhamento da implementação dos projectos, formação e assistência técnica aos seus promotores.

71. Para a prossecução desse desiderato o Banco pretende continuar a melhorar a sua competência institucional, dotando os colaboradores de valências a altura dos desafios actuais e futuros, assim como atraindo as competências necessárias para o banco, e ao mesmo tempo refinando os processos internos, podendo fazer recurso a terceiros nos serviços em que não haja capacidade interna.

PARTE II: CONTAS

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Disponibilidades	3	20.455.556	42.102.145
Aplicações de liquidez:			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	147.621.101	115.650.233
		147.621.101	115.650.233
Títulos e Valores Mobiliários:			
Disponíveis para Venda	5	14.723.682	13.459.386
Mantidos até o vencimento	5	87.031.644	59.418.918
		101.755.326	72.878.304
Créditos			
Créditos	6	120.468.005	116.877.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 11	(77.758.885)	(55.896.514)
		42.709.120	60.980.903
Outros valores			
Outros valores	7	513.258	328.960
Provisões específicas para perdas	7 e 10	-	(26.309)
		513.258	302.651
Inventários Comerciais e Industriais			
Mercadorias	-	-	-
(-) Provisões Específicas para Perdas	-	-	-
		-	-
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	8	-	-
Imobilizações corpóreas	8	9.898.787	9.827.582
Imobilizações incorpóreas	8	16	84.494
		9.898.803	9.912.076
Total do Activo		322.953.164	301.826.312
PASSIVO			
Outras Captações			
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9	264.276.199	257.696.201
		264.276.199	257.696.201
Outras Obrigações	10	2.757.631	3.220.520
Provisões para responsabilidades prováveis	11	340.179	316.616
		3.097.810	3.537.136
Total do Passivo		267.374.009	261.233.337
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital Social	12	91.082.487	63.642.487
Reservas e Fundos	12	756.469	606.313
Resultados Transitados	-	(23.655.825)	(4.031.045)
Resultados do exercício	-	(12.603.976)	(19.624.780)
		55.579.155	40.592.975
Total dos Fundos Próprios		55.579.155	40.592.975
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		322.953.164	301.826.312

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2016	2015
Proveitos de Aplicações de Liquidez	13	13.950.119	8.787.546
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	13	5.076.401	3.838.901
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	13	-	-
Proveitos de Créditos	13	4.370.395	2.958.713
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		23.396.915	15.585.160
Custos de Depósitos	13	-	-
Custos de Captações para Liquidez	13	-	-
Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	13	-	-
Custos de Outras Captações	13	(8.658.255)	(6.542.355)
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		(8.658.255)	(6.542.355)
Margem Financeira		14.738.660	9.042.805
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	5	(167.733)	74.567
Resultados de Operações Cambiais	14	39.531.088	40.719.815
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	15	4.255.880	3.588.101
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	11	(65.703.362)	(70.591.126)
Resultado de Intermediação Financeira		(7.345.467)	(17.165.838)
Pessoal	16	(2.021.900)	(1.772.116)
Fornecimentos de Terceiros	17	(2.504.467)	(1.311.063)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	18	(486.622)	(192.491)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	18	(1.631)	(1.107)
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	19	(18.621)	(21.719)
Provisões Específicas para Perdas com Inventários Comerciais e Industriais	11	81.189	997.231
Depreciações e Amortizações	8	(236.103)	(284.423)
Custos Administrativos e de Comercialização		(5.188.155)	(2.585.688)
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	11	(23.566)	(76.488)
Outros Proveitos e Custos Operacionais	20	19.677	904
Proveitos e Custos Operacionais		(5.192.044)	(2.661.272)
Resultado Operacional		(12.537.511)	(19.827.110)
Resultado não Operacional	21	(66.465)	202.330
Resultado Antes dos Impostos e Outros Encargos		(12.603.976)	(19.624.780)
Encargos Sobre o Resultado Corrente		-	-
Resultado Corrente Líquido		(12.603.976)	(19.624.780)
Resultado do Exercício		(12.603.976)	(19.624.780)

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	Capital Social	Reservas e fundos	Reservas de reavaliação (Disponíveis para venda)	Total Reservas e fundos	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos fundos próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		36.202.487	821.779	-	821.779	(4.279.718)	248.673	32.993.221
Aplicação do resultado do exercício de 2014								
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	-	248.673	(248.673)	-
Transferência para Capital Social	12	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e fundos	12	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	12	27.440.000	-	-	-	-	-	27.440.000
Recuperações de crédito FDES (Nota 2 I))	12	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do FAST (Nota 2 I))	12	-	12.308	-	12.308	-	-	12.308
Reserva Justo Valor - Títulos Disponíveis para Venda	12	-	-	(227.774)	(227.774)	-	-	(227.774)
Resultado do exercício	12	-	-	-	-	-	(19.624.780)	(19.624.780)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		63.642.487	834.087	(227.774)	606.313	(4.031.045)	(19.624.780)	40.592.975
Aplicação do resultado do exercício de 2015								
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	-	(19.624.780)	19.624.780	-
Transferência para Capital Social	12	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e fundos	12	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	12	27.440.000	-	-	-	-	-	27.440.000
Recuperações de crédito FDES (Nota 2 I))	12	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do FAST (Nota 2 I))	12	-	13.032	-	13.032	-	-	13.032
Reserva Justo Valor - Títulos Disponíveis para Venda	12	-	-	137.124	137.124	-	-	137.124
Resultado do exercício	12	-	-	-	-	-	(12.603.976)	(12.603.976)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		91.082.487	847.119	(90.650)	756.469	(23.655.825)	(12.603.976)	55.579.155

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	2016	2015
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	14.519.608	8.518.424
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	4.652.038	3.283.347
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Recebimentos de Proveitos de Créditos	308.486	1.501.598
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	19.480.132	13.303.369
Pagamentos de Custos de Depósitos	-	-
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	-	-
Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	(186.620)	(113.649)
Pagamentos de Custos de Outras Captações	(359.296)	(96.581)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(545.916)	(210.230)
Fluxo de Caixa da Margem Financeira	18.934.216	13.093.139
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-	-
Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	12.858.710	11.017.313
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	206.620	368.597
Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	-	-
Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira	31.999.546	24.479.049
Fluxo de Caixa dos Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	-	-
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(3.996.972)	(2.958.229)
Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	-	-
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	-	-
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	94.713	-
Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras	-	-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	-	-
Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais	(3.902.259)	(2.958.229)
Fluxo de Caixa das Operações	28.097.287	21.520.820
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(31.992.276)	(15.388.185)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	1.354.182	(448.109)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(21.420.902)	(6.380.545)
Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação Financeira	(52.058.996)	(22.216.839)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Outros Valores	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(216.990)	(314.008)
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	-
Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	1.373	37.563
Fluxo de Caixa das Imobilizações	(215.617)	(276.445)
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(52.274.613)	(22.493.284)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	2.530.738	3.686.329
Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira	2.530.738	3.686.329
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Minoritários	-	-
Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-
Pagamentos por Reduções de Capital	-	-
Pagamentos de Dividendos	-	-
Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	-	-
Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Obrigações	-	2.902.273
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	2.530.738	6.588.602
Saldo em Disponibilidades no Início do Exercício	42.102.145	36.486.006
Saldo em Disponibilidades no Final do Exercício	20.455.556	42.102.145
Variações em Disponibilidades	(21.646.589)	5.616.139

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz, excepto quando expressamente indicado)****1. NOTA INTRODUTÓRIA**

O Banco de Desenvolvimento de Angola (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BDA”) foi constituído pelo Decreto-lei n.º 37/06, publicado no Diário da República de 07 de Junho de 2006, na sequência da aprovação em Conselho de Ministros de 15 de Março de 2006, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Janeiro de 2007.

Constituído na sequência da extinção do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (adiante igualmente designado por “FDES”) pelo Decreto-lei n.º 37/06, publicado no Diário da República de 07 de Junho de 2006. Ao abrigo do artigo 3º do referido Decreto-lei foi transferido para o BDA o património e pessoal do FDES.

O BDA é integralmente detido pelo Estado Angolano. De acordo com o artigo 4º do Capítulo 2 do Estatuto do BDA promulgado pelo Decreto-lei n.º 37/06, o capital estatutário do Banco inicialmente era de equivalente a 50.000.000 USD, fixado em 4.018.682 mKz. Havendo necessidade de se adequar o estatuto do Banco à nova realidade jurídica definida pelo poder Legislativo para o sector Empresarial Público e a evolução ocorrida nas normas prudenciais do BNA, foi aprovado o reforço do Capital estatutário do Banco, fixado em 150.000.000.000 (Cento e Cinquenta mil milhões de Kwanzas, pelo decreto presidencial n.º 241/14. Deste valor, 82.320.000.000 milhares de Kwanzas já foi realizado, em Obrigações do Tesouro de acordo com o Decreto-Presidencial n.º 241/14, Decreto-Presidencial n.º 9/15 e Decreto-Executivo n.º 54/16. Foi igualmente efectuada a transferência de reservas livres para Capital, no montante de 4.743.805 milhares de Kwanzas.

O BDA é uma instituição financeira de execução da política de desenvolvimento e investimento do Executivo da República de Angola e tem por objectivo apoiar o desenvolvimento económico e social do país, de modo diversificado e sustentado, estimulando o aumento de investimento e de produtividade através da concessão de financiamentos.

A actividade desenvolvida pelo BDA encontra-se sujeita à supervisão do Banco Nacional de Angola.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, E DIVULGAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Kwanzas e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos, em conformidade aos princípios e políticas contabilísticas definidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 12/09, de 21 de Dezembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola e actualizações subsequentes. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos mesmos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

O BDA sendo um dos bancos que tinha a obrigatoriedade em 31 de Dezembro de 2016 a divulgar as Demonstrações Financeiras em IFRS, obteve a prorrogação do prazo para 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 nomeadamente para activos e passivos detidos em moeda estrangeira e resultantes das transacções realizadas encontram-se expressas em moeda nacional com base na taxa de câmbio média indicativa publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro 2016 e 2015, os câmbios do Kwanza (KZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2016	2015
1 USD	165,903	135,315
1 EUR	185,379	147,832

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Princípio da Consistência.

Foi consistente na aplicação dos critérios e políticas regras e procedimentos de contabilização adoptados no exercício anterior, tendo aplicado os mesmos critérios para operações e rubricas patrimoniais de idêntica natureza.

c) Princípio da Prudência

O risco e a incerteza na ocorrência de eventos a que se refere o princípio da prudência, exigem que as demonstrações financeiras devem conter um certo grau de precaução, a avaliar pela exposição do seu património a perdas potenciais e reais e de compromissos assumidos perante terceiros. Com efeito o banco constitui provisões para risco de crédito, imobilizações financeiras e para responsabilidade prováveis.

d) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

e) Responsabilidades com pensões de reforma

De acordo com a Lei 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, Apesar do artigo ter sido revogado o Banco tem constituídas provisões para fazer face a esta responsabilidade no montante de 199.161mKz e 175.636mKz, respectivamente (Nota 11). Adicionalmente, a Lei nº 7/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 38/08, de 9 de Junho, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

O Banco não assumiu ainda formalmente o compromisso de conceder aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, não tendo por este motivo procedido ao registo de responsabilidades com complementos de pensões de reforma nas suas demonstrações financeiras.

f) Créditos

Os créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados no mercado activo e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As operações de crédito concedido a clientes, são submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Avisos nº 10/2014, nº 11/2014, nº 12/2014 e Instrutivo nº 9/2015, do Banco Nacional de Angola, sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

Nos termos dos Avisos nº 10/2014, nº 11/2014, nº 12/2014 e Instrutivo nº 9/2015 as operações de crédito concedido são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

<u>Nível</u>	<u>Risco</u>
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo económico é efectuada na classe que apresentar maior risco. Neste âmbito, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do principal ou dos encargos, utilizando o mesmo procedimento que determinou a sua classificação inicial.

O crédito vencido é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de aprovisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

<u>Níveis de risco</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>D</u>	<u>E</u>	<u>F</u>	<u>G</u>
% de provisão mínima	0%	1%	5%	30%	50%	70%	100%
Tempo decorrido desde a data em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, o Banco abate esse crédito do activo com a utilização da respectiva provisão. Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao Activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de resultados não operacionais.

O Banco procede à anulação de juros vencidos com atraso superior a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a sua situação.

Em 2016, o Banco com o fim de acautelar-se das possíveis perdas por imparidade, resolveu reconhecer as mesmas reforçando as provisões com base nas percentagens atribuídas para cada cliente no modelo de imparidades.

g) Imobilizações financeiras

As imobilizações financeiras detidas pelo Banco correspondem a participações minoritárias inferiores a 10% em entidades não financeiras de capitais angolanos (SAGRIPEK) encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, é reconhecida a respectiva imparidade.

h) **Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a despesas de constituição e despesas de aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito de uma conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Em 2016 e 2015 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios	10 a 50
Equipamento:	
. Mobiliário e material	5 a 10
. Máquinas e ferramentas	4
. Equipamento informático	3 a 4
. Instalações interiores	4 a 10
. Material de transporte	3 a 10
. Outro equipamento	10

i) **Carteira de títulos**

O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial. Atendendo às características dos títulos e à intenção aquando da sua aquisição, todos os títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estão classificados nas categorias de títulos mantidos para negociação e mantidos até o vencimento.

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos Disponíveis Para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento.

O (ganho ou perda) Justo Valor para disponíveis para venda são reconhecidos directamente na rubrica específica dos capitais próprios, através da demonstração de alterações no capital próprio, até que o activo financeiro seja desreconhecido (data de Venda ou reembolso), momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser transferido/reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Os Títulos do Banco Central bem como os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo seu custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é reconhecida durante o período de vida do título na própria rubrica com a especificação “Proveitos a receber”.

Os juros corridos relativos a esses títulos são igualmente contabilizados na rubrica com especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos encontram-se sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é maioritariamente relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor Líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Rendimentos de títulos e valores mobiliários

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários relativos aos juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria onde tenham sido classificados.

i) Imposto sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 4º, da Lei nº 19/14, que aprova o código de imposto industrial de 22 de Outubro 2014, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%, na sequência da Lei n.º 5/99, de 6 de Agosto.

Efectua retenção na fonte de imposto ao abrigo da Lei nº 7/97 de 10 Outubro sobre empreitadas e prestação de serviços de natureza técnica no âmbito da relação contractual com empresas de prestação de serviços.

Decorrente de contrato de arrendamento para exercício de actividade o banco retém e liquida o imposto urbano ao abrigo do Código Predial Urbano aprovado pelo diploma Legislativo nº 4044 de Outubro de 1970 e pela lei nº 18/11 de 21 de Abril.

Além dos impostos referidos, retém mensalmente o imposto sobre rendimento do trabalho mediante a aplicação das taxas progressivas, previstas na tabela anexa ao Decreto executivo nº 80/09 de 07 de Agosto e o imposto de selo sobre juros.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

A legislação fiscal angolana permite que as perdas fiscais possam ser utilizadas por um período até 3 anos.

O Banco registou encargo referente à estimativa de imposto de Contribuição Industrial.

O Banco optou por não reconhecer qualquer activo fiscal relativo a prejuízos fiscais decorrentes de não conseguir estimar com fiabilidade o montante de eventuais lucros tributáveis.

Impostos sobre a Aplicação de Capitais

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação de Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

j) Políticas de gestão de riscos e limites de competência definidos

A política de gestão de riscos do Banco, baseia-se nos objectivos estratégicos e nas expectativas do Conselho de Administração sobre a adequabilidade do seu sistema de gestão de riscos. Neste âmbito, o Conselho de Administração considera-se responsável por:

- i) Definir os pressupostos e processos de análise quantitativa e/ou qualitativa para identificação/acompanhamento/monitorização e controlo da exposição aos riscos considerados relevantes para o Banco;
- ii) Implementar um processo de monitorização dos riscos, com suporte quantitativo adequado, com o objectivo de encadear a exposição aos riscos com os respectivos impactos em capital;
- iii) Criar uma base sustentável para a execução das diversas actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada; e

- iv) Quantificar os riscos associados às actividades comerciais, assegurando a monitorização dos riscos assumidos.

Risco cambial

O Banco incorre neste risco resultante da manutenção de uma determinada posição em aberto em moeda estrangeira, pelo facto de quaisquer variações adversas nas taxas de câmbio do mercado poderem originar prejuízos reais ou potenciais.

Risco de liquidez

Em termos de gestão do risco de liquidez, o objectivo é de assegurar que o BDA disponha de fundos próprios líquidos suficientes para cumprir as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, e que tal é efectuado de acordo com os objectivos de negócio.

Sistematizando, o processo de gestão do risco de liquidez integra os domínios fulcrais da gestão do negócio, com risco implícito, como sejam a gestão de activos e passivos, gestão da liquidez e gestão da tesouraria. Estes domínios tratam todo o risco de liquidez da Instituição, ao considerar respectivamente a gestão global da estrutura de balanço, a gestão dos fundos próprios líquidos e a gestão operacional dos “cashflows” implícitos do negócio.

Sob o ponto de vista funcional, o objectivo da gestão do risco de liquidez passa pela produção de informação de gestão, a qual possibilita uma análise mais abrangente do comportamento esperado dos activos e passivos financeiros do balanço do Banco.

Risco operacional

Os fundamentos assumidos para fins de risco operacional estão estritamente ligados ao controlo interno numa abordagem conjunta encontrando-se o Banco a desenvolver procedimentos e controlos que permitam avaliar:

- i) Práticas com clientes, produtos e de negócio (incluindo falhas no cumprimento com imposições internas e externas);
- ii) Execução, entrega e gestão dos processos;
- iii) Danos em activos físicos;
- iv) Interrupção de negócios e falhas nos sistemas;
- v) Práticas de emprego e segurança no trabalho;
- vi) Fraude interna; e
- vii) Fraude externa.

Risco de crédito

Corresponde ao risco em que o Banco incorre devido ao incumprimento das obrigações da contraparte, sendo um dos riscos mais relevantes na actividade do Banco. Deste modo, a concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que assegurem o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola.

k) Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (adiante igualmente designado por “FND”) constituído pela Lei n.º 9/06 de 29 de Setembro corresponde a uma conta do Executivo registada no BDA. Os recursos do FND correspondem a fundos entregues pelo Ministério das Finanças no âmbito do Orçamento Geral do Estado e correspondem a uma percentagem de 5% e de 2% sobre as receitas globais anuais provenientes da tributação da actividade petrolífera e da actividade diamantífera, respectivamente. O BDA é o gestor

financeiro exclusivo dos recursos do FND, competindo-lhe administrar e aplicar os recursos nos termos e condições definidas pelo Governo Angolano (Nota 9).

Os recursos financeiros do FND são registados pelo valor recebido na rubrica “270 – Instrumentos Híbridos de Capitais e Dívida”, conforme indicação do Banco Nacional de Angola expressa na carta n.º145/DSI/12 de 20 de Setembro de 2012, enviada ao BDA (Nota 9).

O BDA recebe o correspondente a 50% da taxa de juro paga pelos recursos recebidos do FND, como remuneração pela gestão do FND. O BDA credita a remuneração líquida na conta do FND, numa base mensal.

l) Recuperações de crédito concedido pelo FDES

O crédito concedido pelo FDES a clientes e ao Fundo Social de Apoio aos Trabalhadores (“FAST”) foi integralmente abatido do activo por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Outras reservas” (Nota 12).

As receitas referentes a recuperações de crédito efectuadas nos exercícios seguintes são registadas na rubrica de capitais próprios “Outras Reservas”. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante de recuperações de crédito ascendeu a 13.032mkz e 12.308mKz, respectivamente.

n) Provisões para créditos de liquidação duvidosa

O Banco procedeu o recálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (ver Nota 11) com referência a 31 de Dezembro de 2016 assumindo os mesmos princípios utilizados no cálculo das provisões com referência a 31 de Dezembro de 2016. Este cálculo teve como objectivo aferir sobre a adequacidade dos resultados gerados no exercício de 2016 ao nível da rubrica de provisões para crédito de liquidação duvidosa, para isso o banco reconheceu considerável aumento de provisões tendo em conta o modelo de imparidade com as percentagens atribuída para cada cliente, primando sempre para o valor mais alto das provisões entre o aviso e o modelo de imparidades.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
CAIXA:		
-Notas e moedas nacionais	425	2.170
- Notas e moedas estrangeiras	2.642	1.864
Em dolares dos Estados Unidos da América		
	3.067	4.034
DISPONIBILIDADE NO BANCO CENTRAL		
-Depositos à ordem no banco nacional de Angola (BNA)		
Em moeda nacional	10.352.064	21.247.436
	10.352.064	21.247.436
DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CREDITO NO PAÍS		
-Banco de Poupança e Crédito	19.630	30.134
-Banco Keve	43	35
-Banco de Comércio e Indústria	4.231	333
-Banco Africano de Investimentos	25	26
	23.929	30.527
DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
- Caixa Geral de Depósitos	1.768	12.318.054
- Banco Africano de Investimentos Europa	123.570	640.106
-Golden Assets	7.189.390	371.264
- Banco Privado Atlantico Europa	305.851	48.268
-Atrium SFC	145	118
- Banco BPI	8	11
- Banco Internacional de crédito Portugal	2.455.764	7.442.325
	10.076.496	20.820.147
	20.455.556	42.102.145

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito não foram remunerados.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Esta rubrica corresponde a aplicações a prazo no mercado monetário e em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	Dólar dos Estados Unidos Da América		Moeda Nacional (milhares)	
	2016	2015	2016	2015
OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO				
INTERFINANCEIRO				
Aplicações em instituições de crédito no país				
.Banco Finibanco Angola			-	1.650.000
.Banco Prestigio			150.000	
.Banco Privado Atlantico			-	18.219.056
BANC			3.600.000	-
Banco Keve			1.000.000	-
.Banco BCI			40.000.000	-
.Banco Caixa Angola			-	12.000.000
.Banco Sol			34.000.000	10.000.000
.Banco de Poupança e Crédito			30.000.000	47.500.000
			108.750.000	89.369.056
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
.Caixa Geral de Depositos	49.600	36.447.419	8.228.789	4.931.882
.Golden Assets	25.000	56.650.000	4.147.575	7.665.595
.Banco BPI	-	31.908.677	-	4.317.723
.Banco Africano de Investimentos Europa			-	-
.Banco Privado Atlantico Europa	119.368	41.522.322	19.848.003	5.618.593
.Banco Internacional de Crédito Portugal	32.071	14.411.883	5.320.692	1.950.144
			37.545.059	24.483.937
			146.295.059	113.852.993
Proveitos a receber			1.326.042	1.797.240
			147.621.101	115.650.233

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações de liquidez, excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até três meses	127.258.242	61.440.467
De três a seis meses	19.036.817	45.646.776
De seis meses a um ano	-	6.765.750
Mais de um ano	-	-
	146.295.059	113.852.993

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

2016								
Moeda	Pais do Emissor	Taxa de juro média anual	Custo de aquisição	Varição cambial	Varição justo valor	Proveitos a receber	Provisão	Valor de balanço
Titulos Disponíveis para Venda:								
Unidades de participação								
- OT Golden	USD	-	7.507.858	-	(142.887)	62.020	-	7.426.991
- Silk Fund	USD	-	1.034.849	379.811	1.283	-	-	1.415.943
- Atrium Quadrant Fund	USD	-	2.953.680	667.680	29.419	-	-	3.650.779
- Erigo	USD	-	1.257.760	401.270	21.535	-	-	1.680.565
- Norsad	USD	-	448.109	101.295	-	-	-	549.404
			13.202.256	1.550.056	(90.650)	62.020	-	14.723.682
Titulos mantidos até o vencimento:								
Obrigações do Tesouro em moeda nacional								
Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos:								
- Outras obrigações do tesouro	AOA	Angola	7,50%	1.699.933	1.233.722	-	81.171	3.014.826
- Aumento do capital social do BDA	AOA	Angola	5,00%	82.320.000	-	1.151.585	-	83.471.585
- Obri BDVA	AOA	Angola	5,00%	31.138	-	1.837	-	32.975
Obrigações de Bancos Nacionais em moeda estrangeira								
- Obrigações Banco Keve	USD	Angola	11,00%	285.591	212.118	-	14.549	512.258
			84.336.662	1.445.840	-	1.249.142	-	87.031.644
			97.538.918	2.995.896	(90.650)	1.311.162	-	101.755.326

2015								
Moeda	Pais do Emissor	Taxa de juro média anual	Custo de aquisição	Varição cambial	Varição justo valor	Proveitos a receber	Provisão	Valor de balanço
Titulos Disponíveis para Venda:								
Unidades de participação								
- AtmosphereSelect Fund	USD	-	7.778.387	-	(180.270)	-	-	7.598.116
- Silk Fund	USD	-	1.034.849	118.986	-	-	-	1.153.835
- Atrium Quadrant Fund	USD	-	2.953.679	-	(47.504)	-	-	2.906.175
- Erigo	USD	-	1.257.760	95.390	-	-	-	1.353.150
- Norsad	USD	-	448.109	-	-	-	-	448.109
			11.766.915	214.376	(227.774)	-	-	13.459.386
Titulos mantidos até o vencimento:								
Obrigações do Tesouro em moeda nacional								
Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos:								
- Outras obrigações do tesouro	AOA	Angola	7,50%	2.399.870	961.306	-	96.288	3.457.464
- Aumento do capital social do BDA	AOA	Angola	5,00%	54.880.000	-	744.708	-	55.624.708
Obrigações de Bancos Nacionais em moeda estrangeira								
- Obrigações Banco Keve	USD	Angola	11,00%	285.528	120.417	-	11.989	336.746
			57.565.398	1.081.723	-	852.986	(81.169)	59.418.918
			69.332.313	1.296.099	(227.774)	852.986	-	72.878.304

Em 13 de Julho de 2010, o Banco adquiriu 19.999 unidades de participação do Fundo de investimento mobiliário "Quadrant Fund Limited" gerido pela sociedade gestora APMI – Atrium Portfolio Management and Investment S.A., pelo montante 1.851.341 mKz, equivalentes a 19.999.000 USD.

Em 27 de Setembro de 2011, foi efectuada uma permutação das 19.999 unidades de participação do Fundo de investimento mobiliário "Quadrant Fund Limited", no montante de 19.969.420 USD por 19.969 unidades de participação do Fundo de investimento mobiliário "Atrium Portfolio Sicav – Quadrant" no montante de 19.969.420 USD. Em 31 de Dezembro de 2015 o justo valor das 19.969 unidades de participação é de 22.005.503,22 USD equivalentes a 3.650.779mKz.

Em 27 de Setembro de 2012, o Banco adquiriu unidades de participação do Fundo para a luta contra a fome em África "Silk Fund", pelo montante de 8.500.000 USD, a 31 de Dezembro de 2016 o justo valor de 8.534.764,29 USD equivalentes a 1.415.943 mKz.

Em Março de 2014, o Banco adquiriu unidades de participação do Fundo Erigo, pelo montante de 10.000.000 USD, que em 2014 estava registado em outros valores reclassificado para Disponíveis para venda em 2015. A 31 de Dezembro de 2016 o justo valor do Fundo Erigo é de 10.129.804,77 USD equivalentes a 1.680.565mKz.

Em Agosto de 2015 subscreveu as Acções da Norsad no valor de 3.311.600 USD, equivalentes a 549.404 mKz em Dezembro de 2016.

Em 2016 o Banco Adquiriu inúmeras Obrigações de Tesouro geridos pela Golden com custo de aquisição de 45.254.504,13 USD. A 31 de Dezembro de 2016 o Justo valor das Obrigações foi de 44.767.068,70 USD equivalentes a 7.426.991mKz.

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e Dezembro de 2014, as variações de valor da carteira de “Títulos mantidos para negociação” encontram-se registadas na rubrica de “Resultados de negociações e ajustes ao valor justo”.

Em Dezembro de 2015 a carteira de “Títulos mantidos para negociação” foi reclassificada para carteira de Disponíveis para Venda. E as suas variações foram registadas na conta de reservas.

Em 12 de Novembro de 2013, o Banco adquiriu unidades de participação do Fundo Atmosphere Select, através do Banco Golden Assets, pelo montante de 51.464.738 USD, tendo sido registado como um Activo financeiro detido para negociação. Em 30 de Junho de 2015, as unidades de participação foram reclassificadas como Activo financeiro disponível para venda com justo valor de 57.483.552 USD, tendo gerado um proveito registado em resultados na rubrica de Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo de 1.568.773 US, equivalentes a 190.388 milhares de Kwanzas. A 31 de Dezembro de 2015 o valor do Fundo Atmosphere Select ascendia a 7.598.117 milhares de Kwanzas, incluindo uma Reserva de Justo Valor negativa de 180.270 milhares de Kwanzas. As unidades de participação deste fundo foram resgatadas a 7 de Abril de 2016, tendo dado origem a uma menos valia de 1.029.713 USD (167.733 milhares de Kwanzas), face ao valor pelo qual foram reclassificadas como Activo financeiro disponível para venda.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Obrigações do Tesouro – Outros” corresponde a obrigações do tesouro emitidas pelo Estado Angolano no montante equivalente a 17.682.953 USD e 85.284.792mKz. A emissão apresenta as seguintes condições:

Data de emissão	Data de vencimento	Taxa de juro	Pagamento de juros	Valor nominal	
				Moeda estrangeira	Moeda nacional (mKz)
14-08-2013	13-08-2017	7,50%	Semestral	10.402.106	1.735.583
14-08-2013	13-08-2018	7,75%	Semestral	7.280.847	1.198.071
07-05-2014	07-05-2034	5,00%	Semestral		27.440.000
10-02-2015	10-02-2039	5,00%	Semestral		27.440.000
15-03-2016	15-03-2040	5,00%	Semestral		27.440.000
07-03-2016	10-03-2039	5,00%	Semestral		31.138
				17.682.953	85.284.792

As Obrigações do Tesouro emitidas em Maio de 2014, pelo Decreto Presidencial n.º 241/14, Fevereiro de 2015, pelo Decreto Presidencial n.º 9/15, e Março de 2016, pelo Decreto Presidencial n.º 54/16, no montante de 27.440.000 milhares de Kwanzas, são referentes à subscrição do aumento de capital do Banco no montante global de 82.320.000 milhares de Kwanzas (Nota 12).

Em 26 de Setembro de 2012, o Banco adquiriu dívida subordinada emitida pelo Banco Regional do Keve no montante total de 3.000.000 USD remunerada semestralmente a uma taxa de juro de 11% com data de vencimento em 26 de Março de 2018. Em 31 de Dezembro de 2016, estes títulos encontram-se reconhecidos na rubrica “títulos mantidos até ao vencimento – Obrigações de Bancos Nacionais em moeda estrangeira” e registados pelo valor de balanço de 497.709mKz.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os títulos em carteira, mantidos até ao vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Até três meses	-	-
De três a seis meses	-	-
De seis meses a um ano	2.933.655	1.019.255
Mais de um ano	82.848.847	58.399.663
	85.782.502	59.418.918

6. CRÉDITOS

Esta rubrica corresponde a créditos concedidos a clientes, com a seguinte composição:

	2016	2015
Crédito vincendo		
Empresas	101.833.977	99.350.902
Particulares - Colaboradores do banco	4.598.258	3.918.731
	106.432.235	103.269.633
Crédito com incumprimento e juros vencidos:		
. Empresas	10.086.145	10.930.551
. Particulares - Colaboradores do banco	9.097	552
	10.095.242	10.931.103
Total de crédito concedido	116.527.477	114.200.736
Proveitos a receber de crédito concedido	3.940.528	2.676.681
	120.468.005	116.877.417
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 11)	-	55.896.514
	42.709.120	60.980.903

Em 31 de Dezembro de 2016, o prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2016
Créditos vincendo	
Até um ano	9.557.712
De um a três anos	8.826.212
De três a cinco anos	20.887.405
Mais de cinco anos	67.160.906
	106.432.235

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe do crédito, excluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2016	2015
Dólares dos Estados Unidos da América	103.654.306	90.146.537
Kwanzas	12.873.171	24.054.198
	116.527.477	114.200.735

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador:

	2016			2015		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas	101.833.977	10.086.145	111.920.122	99.350.901	10.930.551	110.281.452
Particulares	4.598.258	9.097	4.607.355	3.918.731	552	3.919.283
	106.432.235	10.095.242	116.527.477	103.269.632	10.931.103	114.200.735

Em 31 de Dezembro de 2016, a composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), por sectores de actividade económica é a seguinte:

	2016
Indústrias	52.338.751
Agricultura, Silvicultura e Pesca	27.778.120
Intermediação financeira	5.214.751
Comercio e Serviços	11.285.609
Pecuária	4.914.084
Colaboradores	4.900.920
	106.432.235

O BDA tem por procedimento a concessão de crédito sem garantias hipotecárias associadas. As operações de crédito contratadas são garantidas com penhor mercantil dos equipamentos objecto de financiamento.

A totalidade do crédito concedido pelo BDA está associada à aplicação de recursos do FND, no âmbito do artigo 5º do regulamento do fundo nacional de desenvolvimento aprovado através do Decreto n.º 19/07 de 2 de Abril (Nota 2 k)).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco não concedeu crédito ao exterior.

No âmbito da sua actividade, o Banco criou três linhas de crédito para concessão de financiamentos a agentes económicos incluídos nas cadeias produtivas da indústria de materiais de construção, da produção do milho e feijão e da produção do algodão.

As linhas de crédito contratadas até ao final do primeiro semestre de 2008 vencem juros a uma taxa anual de 8%. As operações crédito contratadas após Junho de 2008, vencem juros a uma taxa anual de 6,7%, e têm as seguintes condições de pagamento:

Cadeia produtiva	Sector	Finalidade	Prazos		
			Carência	Reembolso	Total
Cadeia produtiva da indústria de materiais de construção	Indústria transformadora	Capital circulante	até 3 meses	até 9 meses	até 12 meses
		Investimento fixo	até 12 meses	até 60 meses	até 72 meses
	Transporte / armazenagem	Investimento fixo	até 12 meses	até 48 meses	até 60 meses
	Comércio e distribuição	Capital circulante	até 3 meses	até 12 meses	até 15 meses
		Investimento fixo	até 12 meses	até 36 meses	até 48 meses
	Prestação de serviços		até 12 meses	até 36 meses	até 48 meses
Cadeia produtiva do milho / feijão	Agricultura / agro-indústria	Custeio agrícola	até 3 meses	até 12 meses	até 12 meses
		Capital circulante	até 3 meses	até 12 meses	até 15 meses
		Investimento fixo	até 36 meses	até 60 meses	até 96 meses
	Indústria transformadora	Capital circulante	até 3 meses	até 9 meses	até 12 meses
		Investimento fixo	até 24 meses	até 60 meses	até 84 meses
Transporte / armazenagem	Investimento fixo	até 18 meses	até 48 meses	até 66 meses	
Comércio e distribuição	Capital circulante	até 3 meses	até 12 meses	até 15 meses	
	Investimento fixo	até 18 meses	até 36 meses	até 54 meses	
	Prestação de serviços		até 12 meses	até 36 meses	até 48 meses
Cadeia produtiva do algodão	Agricultura / agro-indústria	Custeio agrícola	-	até 12 meses	até 12 meses
		Capital circulante	até 3 meses	até 12 meses	até 15 meses
		Investimento fixo	até 24 meses	até 60 meses	até 84 meses
	Indústria transformadora	Capital circulante	até 3 meses	até 9 meses	até 12 meses
		Investimento fixo	até 12 meses	até 60 meses	até 72 meses
Transporte / armazenagem	Investimento fixo	até 12 meses	até 48 meses	até 60 meses	
Comércio e distribuição	Capital circulante	até 3 meses	até 12 meses	até 15 meses	
	Investimento fixo	até 12 meses	até 36 meses	até 48 meses	
	Prestação de serviços		até 12 meses	até 36 meses	até 48 meses

O Banco celebrou em 2007 um acordo designado de “convenção financeira” com vários bancos comerciais angolanos que prevê o repasse de recursos financeiros do BDA para os restantes Bancos (designados “bancos operadores”) com o objectivo de financiar projectos de investimentos no âmbito dos programas de financiamento do BDA. O risco de crédito associado às operações de crédito é assumido pelo banco operador entre 50% e 100% do total de financiamento, sendo o banco operador remunerado a uma taxa de juro anual entre 1,5% e 2,5% do total do financiamento, consoante a percentagem de risco assumida pelo banco operador.

Em 31 de Dezembro de 2016, os financiamentos celebrados ao abrigo do acordo de “convenção financeira” com “bancos operadores” e programas do governo apresentavam o seguinte detalhe:

Banco Operador	Sector	2016	
		Crédito vincendo	Crédito vencido
Banco de Poupança e Crédito	Agricultura	588.328	280.637
Banco de Poupança e Crédito	Industria	531.233	290.985
Banco de Poupança e Crédito	Linhas (Proapen)	5.214.752	2.225.720
Banco de Poupança e Crédito	Comércios	256.117	120.155
		6.590.430	2.917.496

Apresenta-se a seguir a metodologia de apuramento da provisão para crédito e juros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, nos termos do normativo aplicável na respectiva data de referência (Nota 2.d):

Classe de risco	2016					Taxa de provisão	Total provisão para liquidação duvidosa
	Crédito sem incumprimento	Crédito com incumprimento	Juros vencidos	Total	Total		
Crédito concedido a clientes:							
Classe A	-	-	-	-	-	0%	-
Classe B	282.449	283	56	282.788	282.788	1%	2.828
Classe C	9.641.781	-	-	9.641.781	9.641.781	5%	482.090
Classe D	21.882.505	120.042	-	22.002.547	22.002.547	30%	6.600.764
Classe E	10.259.319	165.627	542	10.425.488	10.425.488	50%	5.212.744
Classe F	25.460.880	1.678.268	-	27.139.148	27.139.148	70%	18.997.404
Classe G	38.245.118	8.120.658	669	46.366.445	46.366.445	100%	46.366.445
	<u>105.772.052</u>	<u>10.084.878</u>	<u>1.267</u>	<u>115.858.197</u>	<u>115.858.197</u>		<u>77.662.275</u>

Crédito concedido a colaboradores:

Classe A	-	-	-	-	-	0%	-
Classe B	4.520.443	1.449	155	4.522.047	4.522.047	1%	45.220
Classe C	-	-	-	-	-	5%	-
Classe D	45.822	5.585	551	51.958	51.958	30%	15.587
Classe E	-	-	-	-	-	50%	-
Classe F	-	-	-	-	-	70%	-
Classe G	34.446	1.357	-	35.803	35.803	100%	35.803
	<u>4.600.711</u>	<u>8.391</u>	<u>706</u>	<u>4.609.808</u>	<u>4.609.808</u>		<u>96.610</u>
	<u>110.372.763</u>	<u>10.093.269</u>	<u>1.973</u>	<u>120.468.005</u>	<u>120.468.005</u>		<u>77.758.885</u>

Classe de risco	2015					Taxa de provisão	Total provisão para liquidação duvidosa
	Crédito sem incumprimento	Crédito com incumprimento	Juros vencidos	Total	Total		
Crédito concedido a clientes:							
Classe A	11.519.530	1.393.423	28.286	12.941.239	12.941.239	0%	-
Classe B	32.886.251	89.862	32.771	33.008.884	33.008.884	1%	8.711.833
Classe C	9.137.551	376.477	39.325	9.553.353	9.553.353	3%	5.618.480
Classe D	18.107.072	827.639	-	18.934.711	18.934.711	10%	9.843.195
Classe E	10.105.491	3.128.186	5.485	13.239.162	13.239.162	20%	9.801.184
Classe F	9.352.165	2.284.128	-	11.636.293	11.636.293	50%	9.354.761
Classe G	10.917.678	2.724.968	-	13.642.646	13.642.646	100%	12.521.588
	<u>102.025.738</u>	<u>10.824.683</u>	<u>105.867</u>	<u>112.956.288</u>	<u>112.956.288</u>		<u>55.851.041</u>

Crédito concedido a colaboradores:

Classe A	-	-	-	-	-	0%	-
Classe B	3.802.308	-	-	3.802.308	3.802.308	1%	38.023
Classe C	95.650	315	-	95.965	95.965	3%	2.879
Classe D	-	-	-	-	-	10%	-
Classe E	22.619	145	92	22.856	22.856	20%	4.571
Classe F	-	-	-	-	-	50%	-
Classe G	-	-	-	-	-	100%	-
	<u>3.920.577</u>	<u>460</u>	<u>92</u>	<u>3.921.129</u>	<u>3.921.129</u>		<u>45.473,00</u>
	<u>105.946.315</u>	<u>10.825.143</u>	<u>105.959</u>	<u>116.877.417</u>	<u>116.877.417</u>		<u>55.896.514</u>

No exercício de 2016, o Banco procedeu ao abate do activo ("write-off") de créditos classificados no nível de risco G à mais de 180 dias no montante de 43.924.926mKz.

7. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores:		
· Devedores Diversos	-	26.309
· Adiantamentos a fornecedores	428.880	4.220

. Outras aplicações – Adiantamentos a Sector privado	12.391	20.449
	441.271	50.978
Despesas com custo diferido:		
. Seguros	39.057	125.360.
. Serviços informáticos	-	2.284.
. Rendas e alugueres	32.688	150.263
	71.745	277.907
Operações activas a regularizar	241	75
	513.257	328.960
Provisões específicas para perdas		(26.309)
	513.257	302.651

Em 31 de Dezembro de 2015, não existe registo de montantes a receber respeitante a recursos financeiros a serem transferidos pelo Ministério das Finanças no âmbito da Lei n.º 9/06 de 29 de Setembro, referente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (Nota 2 k) e 10).

O Banco, em 31 de Dezembro de 2015, considerava improvável a recuperação do valor a receber da subscrição equivalente 4,5% do capital da extinta Bolsa de Valores e Derivados de Angola no montante de 26.309 mKz para fazer face a risco de cobrança duvidosa, pelo que tinha constituído uma imparidade de 100%, no entanto verificou-se a recuperação da totalidade do montante através da liquidação por parte do Estado Angolano por via de Obrigações do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Despesas com custo diferido” refere-se a prémios pagos antecipadamente relativos a apólices de seguros de saúde e de seguros de acidentes de trabalho, ao pagamento antecipado de rendas e ao diferimento dos custos com serviços de apoio e manutenção do portal do BDA pelo período de 1 ano.

8. **IMOBILIZAÇÕES**

Imobilizações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Sagripek	2.238	2.238
Provisão para redução no valor recuperável (Nota 11)	(2.238)	(2.238)

Em 31 de Dezembro de 2016, O BDA Mantém a provisão na totalidade sobre o investimento detido na sociedade Sagripek, na medida em que o crédito se encontra 100% provisionado.

Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas

O movimento nas rubricas de imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e em curso durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

2016												
Saldos em 31-12-2015			Abates			Ajustamentos			Saldos em 31-12-2016			
Valor bruto	Amortização	Valor líquido	Aumentos	Valor bruto	Amortizações	Transferências	Valor bruto	Outras	Amortizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
	sacumuladas				es			Regularizações			do exercício	
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de uso próprio	9.184,8	(53.281)	38.567	-	-	-	-	-	(6.425)	9.184,8	(59.707)	32.141
Equipamentos												
- Equipamentos de transporte	648.218	(328.270)	319.948	214.600	-	-	-	-	(78.416)	862.818	(406.686)	456.132
- Mobiliário e material de escritório	88.302	(56.547)	31.758	-	-	-	-	-	(12.983)	88.302	(69.530)	18.772
- Equipamento informático	276.829	(127.551)	149.279	1954	-	-	-	-	(48.992)	278.783	(176.543)	102.240
- Outros	56.385	(42.225)	14.160	6.263	-	-	-	-	(4.809)	62.648	(47.034)	15.614
	1069.734	(554.594)	515.145	222.817	-	-	-	-	(145.199)	1292.551	(699.793)	592.759
Imobilizações em curso	9.273.870	-	9.273.870	-	-	-	-	-	-	9.273.870	-	9.273.870
Imobilizações em curso	10.435.453	(607.875)	9.827.582	222.817	-	-	-	-	(151.625)	10.658.270	(759.500)	9.898.771
Imobilizações incorpóreas												
Despesas de constituição	14.125	(14.125)	-	-	-	-	-	-	-	14.125	(14.125)	-
Sistemas de tratamento de dados "Software"	739.841	(655.347)	84.494	-	-	-	-	-	(84.478)	739.841	(739.825)	16
Outras imobilizações incorpóreas	4.050	(4.050)	-	-	-	-	-	-	-	4.050	(4.050)	-
	758.016	(673.522)	84.494	-	-	-	-	-	(84.478)	758.016	(758.000)	16
Imobilizações incorpóreas	1193.469	(128.1397)	9.912.076	222.817	-	-	-	-	(236.103)	11416.286	(1517.500)	9.898.787

2015												
Saldos em 31-12-2014			Abates			Ajustamentos			Saldos em 31-12-2015			
Valor bruto	Amortização	Valor líquido	Aumentos	Valor bruto	Amortizações	Transferências	Valor bruto	Outras	Amortizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
	sacumuladas				es			Regularizações			do exercício	
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de uso próprio	9.184,8	(46.855)	44.994	-	-	-	-	-	(6.426)	9.184,8	(53.281)	38.567
Equipamentos												
- Equipamentos de transporte	579.253	(444.879)	134.374	296.582	(227.616)	214.628	-	-	(98.019)	648.218	(328.270)	319.948
- Mobiliário e material de escritório	113.860	(61.748)	49.612	1.782	(24.840)	19.847	-	-	(14.646)	88.302	(56.547)	31.758
- Equipamento informático	133.586	(86.298)	47.288	12.140	(5.020)	4.957	136.123	-	(46.201)	276.829	(127.551)	149.279
- Outros	6.108,3	(43.061)	18.022	3.671	(6.992)	6.577	-	-	(13,77)	56.385	(42.225)	14.160
	885.282	(635.986)	249.296	314.176	(264.468)	246.008	136.123	-	(13,77)	1069.734	(554.594)	515.145
Imobilizações em curso	9.409.993	-	9.409.993	-	-	(36.123)	-	-	-	9.273.870	-	9.273.870
Imobilizações em curso	10.387.123	(682.841)	9.700.491	(264.468)	246.008	-	-	(13,77)	(171,033)	10.435.453	(607,875)	9.827.582
Imobilizações incorpóreas												
Despesas de constituição	14.125	(14.125)	-	-	-	-	-	-	-	14.125	(14,125)	-
Sistemas de tratamento de dados "Software"	739.841	(541,957)	197.885	-	-	-	-	-	(13.390)	739.841	(655,347)	84.494
Outras imobilizações incorpóreas	4.050	(4,050)	-	-	-	-	-	-	-	4,050	(4,050)	-
	758.017	(560,132)	197.885	-	-	-	-	-	(13,390)	758,016	(673,522)	84.494
Imobilizações incorpóreas	1145,138	(1242,971)	9.902,167	(264,468)	246,008	-	-	(13,77)	(284,423)	1193,469	(1281,397)	9.912,076

O BDA exerce a sua actividade em instalações arrendadas. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem registado na rubrica "imóveis de uso próprio" encargos por amortizar com obras e benfeitorias sobre os imóveis arrendados.

Em 31 de Dezembro de 2016, Banco tem registado na rubrica "Imobilizações corpóreas – imobilizações em curso" o montante de 9.270.080 mKz relativo a pagamentos efectuados ao fornecedor Luena Plaza no âmbito do contrato de promessa compra e venda das instalações da futura sede.

9. OUTRAS CAPTAÇÕES

O saldo desta rubrica refere-se a recursos obtidos ao abrigo do Fundo Nacional para o Desenvolvimento, e tem o seguinte detalhe:

Recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento:

Recursos financeiros recebidos (Nota 2 k))	259.830.636	254.080.395
Remuneração paga no exercício pelos recursos do FND (Notas 2 k) e 13)	8.098.520	6.439.009
Comissão de gestão cobrada no exercício pelo BDA (Notas 2 k) e 15)	(4.049.260)	(3.219.505)
Outras Captações (PROJECTO Novo Horizonte)	396.302	396.302
	264.276.198	257.696.200

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os recursos do FND foram remunerados a uma taxa de juro média anual de 3,12% e 2,53%, respectivamente. A Comissão de gestão cobrada pelo BDA nos exercícios de 2016 e 2015 corresponde a uma remuneração média anual de 1,56% e 1,22%, respectivamente. Estes recursos não têm prazo de vencimento definido.

A remuneração dos recursos do FND e a comissão cobrada pelo BDA pela gestão do FND são capitalizadas.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Credores por Recursos	182.379	182.379
Salários e outras remunerações a pagar:		
Férias e subsídio de férias	101.466	100.041
SNEBA	-	142
Custos a Pagar - encargos administrativos	97.171	80.348
Credores diversos	2.333.199	2.798.975
Valores a entregar ao Estado		
Outras retenções	43.415	58.635
	2.757.631	3.220.520

Conforme resolução n.º 10/01 de 15 de Junho da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, o FDES teve como função servir de intermediário na concessão de crédito no âmbito do programa Novo Horizonte, que tinha como objectivo a concessão de financiamento por parte do Estado para apoio ao crescimento da economia não petrolífera. Este programa de financiamento foi descontinuado, tendo o BDA incorporado recursos; no âmbito deste programa. Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Recursos do Projecto Novo Horizonte" foi reclassificado para conta de outras captações, tendo em conta a sua natureza.

Conforme decreto executivo conjunto n.º 16 de 14 Abril de 2010 referente ao Regulamento do Crédito Agrícola, o Banco tem como função servir de intermediário na disponibilização dos recursos aos bancos designados para a concessão de financiamentos no âmbito da Linha Especial de Crédito Agrícola no montante de 150.000.000 USD, aprovada conforme resolução n.º 13/09 de 6 de Fevereiro pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Credores por recursos" corresponde ao montante a disponibilizar aos bancos ao abrigo da referida Linha Especial de Crédito Agrícola. Estes recursos não são remunerados e não têm prazo de vencimento definido.

A rubrica "Custos a pagar – Encargos administrativos" refere-se a despesas incorridas com fornecimentos e serviços externos no exercício, cujo pagamento apenas ocorre no exercício seguinte.

A rubrica "Credores diversos" refere-se a valores relativos a serviços já prestados ao BDA cujas facturas se encontram pendentes de pagamento.

A rubrica "Valores a entregar ao Estado – Outras retenções" refere-se às retenções efectuadas pelo Banco no âmbito da Lei n.º 7/97 de 10 de Outubro, que estabelece o regime de tributação na fonte, em sede de Contribuição Industrial, dos rendimentos emergentes de contratos de empreitada, subempreitada e prestação de serviços. Este regime abrange todas as pessoas singulares ou colectivas que tenham ou não sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola e que, de forma acidental ou permanente, exerçam actividades de empreitadas ou prestações de serviços não abrangidas pelas disposições do Código de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho.

11. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	128.135	128.096
Provisão para compensação por reforma (Nota 2 c))	199.160	175.636
Outras provisões	12.884	12.884
	340.179	316.616

No âmbito do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/2011, que estabelece o regime do novo Código de Imposto sobre a aplicação de capitais e conforme a comunicação escrita emitida pelo Banco Nacional de Angola no dia 8 de Fevereiro de 2013, o Banco registou na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal” uma estimativa no montante 128.135 mKz respeitante a liquidação daquele imposto.

A rubrica “Provisão para compensação por reforma” refere-se à estimativa de responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a compensações a pagar aos colaboradores do Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador (Nota 2 c)).

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	2016				Saldos em 31-12-2016
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Reposições e anulações	Write-off/Utilizações	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa					
Crédito concedido a clientes e colaboradores (Nota 6)	55.896.514	65.768.944	(65.582)	(43.924.926)	77.674.950
Provisão para títulos e valores mobiliários (Nota 5)	81.189	-	(81.189)	-	-
Provisão devedores de cobrança duvidosa (Nota 7)	26.309	-	(26.309)	-	-
Provisão para immobilizações financeiras (Sagripek)	2.238	-	-	-	2.238
Provisão para responsabilidades prováveis:	-				
Provisão para contingências fiscal (Nota 11)	128.096	39	-	-	128.135
Provisão para compensação por reforma (Nota 11)	175.636	23.524	-	-	199.160
Outras (Nota 11)	12.884	-	-	-	12.884
	316.616	23.563	-	-	340.179
	56.322.866	65.792.507	(173.080)	(43.924.926)	78.017.367

	2015				Saldos em 31-12-2015
	Saldos em 31-12-2014	Reforços	Reposições e anulações	Write-off / Utilizações	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa					
Crédito concedido a clientes e colaboradores (Nota 6)	24.280.200	70.705.543	(221.915)	(38.867.314)	55.896.514
Provisão para títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	81.189	-	-	81.189
Provisão devedores de cobrança duvidosa (Nota 7)	1.104.729	26.309	-	(1.104.729)	26.309
Provisão para immobilizações financeiras (Sagripek)	2.238	-	-	-	2.238
Provisão para responsabilidades prováveis:					
Provisão para contingências fiscal	114.867	13.229	-	-	128.096
Outras	214.387	-	-	(201.503)	12.884
Provisão para compensação por reforma	112.375	63.259	-	2	175.636
	441.629	76.488	-	(201.501)	316.616
	25.828.796	70.889.529	(221.915)	(40.173.544)	56.322.866

12. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital social

O BDA é totalmente detido pelo Estado Angolano, tendo sido constituído com um capital social inicial de 4.018.682 mKz equivalente a 50.000.000 USD, conforme Decreto-lei n.º 37/06 de 07 de Junho.

O capital social inicial do BDA foi realizado da seguinte forma:

	Moeda Estrangeira (USD)	Moeda Nacional
Realização em dinheiro	10.000.000	988.640
Emissão especial de Obrigações de Tesouro (Nota 5)	40.000.000	3.030.042
Obrigações do Tesouro		27.440.000
Obrigações do Tesouro		27.440.000
Obrigações do Tesouro		27.440.000
Transferência de Reservas Livres para capital		4.743.805
	50.000.000	91.082.487

Havendo necessidade de se adequar o estatuto do Banco à nova realidade jurídica definida pelo poder Legislativo para o sector Empresarial Público e a evolução ocorrida nas normas prudenciais do BNA, foi aprovado o reforço do Capital estatutário do Banco, fixado em 150.000.000.000 (Cento e Cinquenta mil milhões de Kwanzas, pelo decreto presidencial n.º 241/14. Deste valor, 82.320.000.000 milhares de Kwanzas já foi realizado, em Obrigações do Tesouro de acordo com o Decreto-Presidencial n.º 241/14, Decreto-Presidencial n.º 9/15 e Decreto-Executivo n.º 54/16. Foi igualmente efectuada a transferência de reservas livres para Capital, no montante de 4.743.805 milhares de Kwanzas.

Outras reservas

Conforme indicado na Nota 1, O FDES foi extinto pelo artigo 1º do Decreto n.º 37/06 de 07 de Junho, cessando a sua actividade em 2006 e conforme artigo 3º do referido decreto, foi transferido a totalidade do património e do pessoal para o Banco de Desenvolvimento de Angola. Os colaboradores do FDES com vínculo laboral transferido para o BDA mantiveram direitos adquiridos no FDES.

Os activos e passivos incorporados no balanço do BDA foram registados por contrapartida da rubrica "Outras reservas", pelo montante expresso no balanço de encerramento do FDES de 31 de Dezembro de 2006, com a seguinte composição:

Activos

Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2.413.174
Obrigações e outros títulos	2.405.098

Imobilizações financeiras	28.492
Outros activos e contas de regularização	42.712
<hr/>	
	4.889.476
Passivos	
Recursos do projecto Novo Horizonte	(394.457)
<hr/>	
	4.495.019

O património do FDES referente a imobilizações corpóreas e incorpóreas, crédito concedido a clientes e crédito concedido ao FAST foi integralmente abatido ao activo do Fundo, tendo sido considerado que o seu valor é nulo (Nota 2 I)).

Durante o exercício de 2014, conforme autorização do Ministério das Finanças, foram incorporadas as “Outras Reservas” Capital Social do BDA pelo valor de 4.743.805 milhares de Kwanzas.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 foram recebidos os montantes de 13.032 milhares de Kwanzas e 12.309 milhares de Kwanzas, respectivamente, correspondentes aos recebimentos de crédito concedido dos antigos colaboradores do FDES

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas. A Reserva legal a 31 de Dezembro de 2016 ascendia a 808.222 milhares de Kwanzas.

	2016	2015
Reserva legal	808.222	808.222
Recebimento de crédito concedido - antigos colaboradores FDES	38.897	25.865
Reserva de reavaliação (Disponíveis para venda)	- 90.650	- 227.774
	756.469	606.313

13. **MARGEM FINANCEIRA**

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
Proveitos de operações do mercado monetário interfinanceiro	13.950.119	8.787.546
Proveitos de títulos e outros valores mobiliários	5.076.401	3.838.901
Proveitos de créditos concedidos	4.370.395	2.958.713
Total de Proveitos	23.396.915	15.585.161
Custos de instrumentos financeiros passivos		
Custos de outras captações		
Remunerações pagas pelos recursos do FND (Nota 9)	8.098.520	6.439.009
Outras comissões pagas	559.735	103.346
Total de custos	8.658.255	6.542.355
Margem financeira	14.738.660	9.042.806

Os proveitos de títulos de dívida pública obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos de dívida pública, para efeitos de apuramento da contribuição industrial a pagar (Nota 2 i)).

14. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o resultado líquido em operações financeiras no montante de 39.531.088mKz e de 40.719.815mKz, respectivamente, correspondem essencialmente aos resultados obtidos com a reavaliação cambial das disponibilidades do Banco expressos em moeda estrangeira, decorrente da valorização cambial do Dólar dos Estados Unidos face ao Kwanza, e dos resultados nas operações de compra e venda de moeda estrangeira.

15. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões recebidas		
.Gestão dos recursos do FND	4.049.260	3.219.505
.Comissão por abertura de créditos	206.620	279.101
.Comissões p/garantias prestadas	-	89.496
	4.255.880	3.588.102

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Comissão por abertura de linhas" refere-se à comissão cobrada aquando da concessão de linhas de crédito.

16. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Salários e vencimentos:		
. Empregados	1.587.764	1.368.886
. Membros dos órgãos de gestão e fiscalização	336.734	320.319
	1.924.498	1.689.205
Encargos sociais obrigatórios	92.357	78.940
Encargos sociais facultativos	5.045	2.128
	97.402	81.068
Outros custos	-	1.842
	2.021.900	1.772.115

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 124 e 117, respetivamente.

17. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Trabalho independente	1.314.794	380.990
Publicidade	23.270	29.342
Rendas e Alugueres	467.866	361.100
Deslocações e representações	89.828	107.218
Segurança e vigilância	32.170	55.916
Seguros	135.021	84.401
Despesas de Formação	54.297	60.379
Impressos e material de consumo	41.793	15.538
Comunicações e despesas de expedição	114.235	90.226
Conservação e reparação	84.762	59.129
Outros serviços especializados	101.036	27.607
Material de decoração e conforto	8.910	1.844
Água Energia e Combustíveis	27.523	11.942
Outros	8.961	25.431
	2.504.467	1.311.063

18. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Impostos e Taxas	486.622	192.491
Multas e Outras penalidades legais	1.631	1.107
	488.253	193.598

Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco registou custos incorridos com taxa de circulação e impostos montante de 488.253 mKz .

19. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Quotizações	18.621	21.719
	18.621	21.719

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante registado na rubrica “Quotizações” corresponde a pagamentos de quotas à Associação Angolana de Bancos.

20. OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Outros	19.677	904
	19.677	904

Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco registou proveitos com descontos relacionados com ausências ao local de trabalho no montante de 19.677 mKz

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Ajustes exercícios anteriores	- 67.838	183.842
Ganhos e perdas nas imobilizações - imobilizações corpóreas	1.373	18.487
	66.465	202.329

22. PARTES RELACIONADAS

As transacções ocorridas com o Ministério das Finanças apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Activos		
Recursos do FND	263.879.896	257.299.899
Projecto Novo Horizonte	396.302	396.302
	264.276.198	257.696.201
Passivos		
Fundo Garantia	182.379	182.379
	182.379	182.379
Total	264.093.819	257.513.822

23. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o balanço por moeda do Banco apresentava a seguinte estrutura:

	2016			2015		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Disponibilidades	10.373.005	10.082.551	20.455.556	21.271.422	20.830.723	42.102.145
Aplicações de liquidez	109.953.767	37.667.334	147.621.101	91.070.064	24.580.169	115.650.233
Títulos e valores mobiliários	86.519.385	15.235.941	101.755.326	55.624.708	17.334.784	72.959.493
Créditos	762.476	41.946.644	42.709.120	15.959.699	45.021.204	60.980.903
Outros valores	89.838	423.420	513.258	302.651	-	302.651
Inventários comerciais e industriais	-	-	-	-	-	-
Imobilizações	9.898.803	-	9.898.803	9.912.076	-	9.912.076
Total do Activo	217.597.274	105.355.890	322.953.164	194.140.620	107.766.881	301.907.501
Depósitos	-	-	-	-	-	-
Outras captações	264.276.199	-	264.276.199	257.696.201	-	257.696.201
Outras obrigações	1.738.102	777.476	2.515.578	3.187.599	32.921	3.220.520
Provisões para responsabilidades prováveis	340.180	-	340.180	397.803	-	397.803
Total do Passivo	266.354.481	777.476	267.131.957	261.281.603	32.921	261.314.524
Activo / (Passivo) Líquido	(48.757.207)	104.578.414	55.821.208	(67.140.983)	107.733.960	40.592.977

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nova metodologia e procedimentos para a fixação das Taxas de Juro das operações do BDA, determinado a desindexação do capital mutuado da taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar.

Absorção das despesas de desenvolvimento que antes impactavam negativamente no capital do banco ao FND, e nova metodologia de cálculo das taxas de remuneração do FND.



Ernst & Young Angola, Lda.
Presidente Business Center
Largo 17 de Setembro, nº 3
3º Piso - Sala 341
Luanda
Angola

Tel: +244 227 280 461/2/3/4
Fax: +244 227 280 465
www.ey.com

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Desenvolvimento de Angola, (doravante designado por "Banco" ou "BDA"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 322.953.163 milhares de Kwanzas e um total de Capital próprio de 55.579.155 milhares de Kwanzas, incluindo um Resultado líquido negativo de 12.603.976 milhares de Kwanzas), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações nos Fundos Próprios, relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a opinião com reservas

6. O nosso Relatório do Auditor Independente relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, emitido em 31 de Maio de 2016, incluía uma reserva por limitação de âmbito relativamente ao facto de não estar nessa data concluído um projecto de avaliação independente sobre a recuperabilidade do crédito concedido e aferição de todos os riscos subjacentes aos diferentes projectos de investimento. Em resultado da conclusão do referido projecto, o Banco registou uma perda em resultados, na rubrica de "Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias", no montante de 65.703.362 milhares de Kwanzas. Contudo, a informação disponível não se afigura suficiente para determinar em que medida este ajustamento deveria ter afectado os resultados de exercícios anteriores, pelo que não estamos em condições de concluir sobre o efeito deste assunto nos "Resultados transitados" e na comparabilidade com exercícios anteriores no que se refere às rubricas de "Créditos" e "Provisão para créditos de liquidação duvidosa".
7. A rubrica "Créditos" inclui um montante de 3.940.529 milhares de Kwanzas (2015: 2.676 milhares de Kwanzas) relativo a "Proveitos a receber de crédito concedido". À semelhança do ano anterior, verificamos a existência de deficiências do sistema informático do Banco no que respeita à especialização dos juros do crédito concedido, não tendo sido possível obter evidencia para concluir quanto à razoabilidade do referido montante.

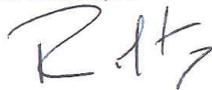
Banco de Desenvolvimento de Angola
Relatório do Auditor Independente
31 de Dezembro de 2016

8. A rubrica "Resultados de operações cambiais" apresenta um montante de 39.531.088 milhares de Kwanzas (2015: 40.719.815 milhares de Kwanzas), relativos a resultados potencias e efectivos, relacionados com a reavaliação cambial do activos e passivos monetários e com transacções em moeda estrangeira ocorridas no exercício. Apesar de ter sido possível concluir que os activos e passivos monetários em moeda estrangeira foram correctamente convertidos à taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2016, em virtude de deficiências que continuam a afectar o processo de controlo das operações em moeda estrangeira e respectivo apuramento de resultados cambiais, não estamos em condições de concluir sobre o valor apresentado em "Resultados de operações cambiais".

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção das "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco de Desenvolvimento de Angola, em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios e contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Luanda, 29 de Junho de 2017

Ernst & Young Angola
Representada por:Rui Abel Serra Martins
(Perito Contabilista n.º 20120082)António Filipe Dias da Fonseca Brás
Partner



PARECER DO CONSELHO FISCAL

DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

1. O Conselho Fiscal (CF) do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), em funções à data de 31 de Dezembro de 2016, cumprindo com as disposições legais e no exercício das suas competências, vem emitir o seu Parecer sobre o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2016, que traduzem um activo de 322.953.164 milhares de Kwanzas, um passivo de 267.374.009 milhares de Kwanzas e fundos próprios de 55.579.154 milhares de Kwanzas que incluem um resultado negativo de 12.603.977 milhares de Kwanzas.
2. O CF tomou conhecimento do relatório de gestão e as demonstrações financeiras do BDA, nomeadamente, o balanço, a demonstração de resultados, as notas explicativas às contas que evidenciam os aspectos mais significativos ocorridos durante o ano com referência a 31 de Dezembro de 2016.
3. Para o presente parecer, concorrem também as acções levadas a cabo pelo CF, no âmbito do acompanhamento regular da actividade e gestão do Banco, naquele período, tais como a participação em reuniões do Conselho de Administração como também do acesso à toda informação disponibilizada pela administração.
4. O CF constatou que o balanço, a demonstração dos resultados e os anexos às demonstrações financeiras, foram preparados em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e as normas estabelecidas para o sector bancário e não tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.



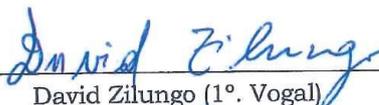
5. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão, do ano de 2016, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação.

Luanda, 27 de Junho de 2017.

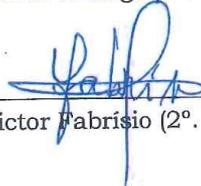
O CONSELHO FISCAL



Manuel G. Pereira (Presidente)



David Zilungo (1º. Vogal)



Victor Fabrisio (2º. Vogal)